

## INSTITUTO DE TECNOLOGIA EM IMUNOBIOLOGICOS

**Edital 121/2026****Informações Básicas**

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
121/2026	254445-INSTITUTO DE TECNOLOGIA EM IMUNOBIOLOGICOS	ALBERTO DO NASCIMENTO BEZERRA	11/05/2026 16:09 (v 0.3)
Status	CONCLUIDO		

**Outras informações**

---

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo		25386.000303/2026-13

**1. Responsáveis**

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**JUNILTON BARBOSA SILVA**

Pregoeiro

# PREGÃO ELETRÔNICO

90094/2026

**CONTRATANTE (UASG)**  
(254445)

## OBJETO

Aquisição de ferramentas em geral, para atendimento a Bio-Manguinhos,

**VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO**  
R\$ Sigiloso

**DATA DA SESSÃO PÚBLICA**  
Dia 11/06/2026 às 09h (horário de Brasília)

**CRITÉRIO DE JULGAMENTO:**  
Menor preço por item

**MODO DE DISPUTA:**  
aberto

**TRATAMENTO FAVORECIDO ME/EPP/EQUIPARADAS**  
NÃO

**MARGEM DE PREFERÊNCIA PARA ALGUM ITEM**  
NÃO



Baixe o APP Compras.gov.br  
e apresente sua proposta!

## Sumário

1. DO OBJETO .....	3
2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO .....	3
3. DO ORÇAMENTO ESTIMADO .....	5
4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO .....	5
5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA.....	7
6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES .	8
7. DA FASE DE JULGAMENTO .....	11
8. DA FASE DE HABILITAÇÃO.....	12
9. DO TERMO DE CONTRATO .....	14
10. DOS RECURSOS .....	15
11. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES.....	15
12. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO .....	17
13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS .....	18

# INSTITUTO DE TECNOLOGIA EM IMUNOBIOLOGICOS

## [PREGÃO ELETRÔNICO] Nº 90094/2026 (Processo Administrativo nº 25386.000303/2026-13)

Torna-se público que Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), por intermédio do INSTITUTO DE TECNOLOGIA EM IMUNOBIOLOGICOS (BIO-MANGUINHOS), sediado Av. Brasil nº 4.365 - Manguinhos – RJ, realizará licitação, na modalidade **PREGÃO**, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

### 1. DO OBJETO

- 1.1. O objeto da presente licitação é aquisição de ferramentas em geral, para atendimento a Bio-Manguinhos, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.
- 1.2. A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

### 2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

- 2.1. Poderão participar deste certame os interessados previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)).
- 2.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.
- 2.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
- 2.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- 2.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.
- 2.6. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto nº 8.538, de 2015.
- 2.7. Não poderão disputar esta licitação:
  - 2.7.1 aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
  - 2.7.2 sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;
  - 2.7.3 empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

2.7.4 autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.7.5 empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.7.6 pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.7.7 aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.7.8 empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.7.9 pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.7.10 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.7.11 sociedades cooperativas;

2.7.12 pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

2.7.13 pessoas físicas.

2.8. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

2.9. O impedimento de que trata o item 2.7.6 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.10. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.7.4 e 2.7.5 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.11. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.12. O disposto nos itens 2.7.4 e 2.7.5 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.13. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

2.14. A vedação de que trata o item 2.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

### **3. DO ORÇAMENTO ESTIMADO**

3.1. O orçamento estimado da presente contratação será de caráter sigiloso.

3.2. Para fins do disposto no item anterior, o orçamento estimado para a contratação não será tornado público antes de definido o resultado do julgamento das propostas.

3.3. O caráter sigiloso do orçamento estimado para a contratação não prevalecerá para os órgãos de controle interno e externo.

### **4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

4.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.2. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 8.1.1 e 8.11.2 deste Edital.

4.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.3.1 está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.3.2 não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.3.3 não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.3.4 cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.4. No caso das empresas que foram beneficiadas pela Lei nº 12.546, de 2011, as propostas de preços deverão ser apresentadas com as alíquotas em vigor, nos termos da Lei nº 14.973, de 2024, aplicáveis para o ano de apresentação da proposta.

4.4.1 A pedido da empresa contratada, o preço do contrato poderá ser revisto, nos termos do art. 134 c/c art. 136, I, da Lei nº 14.133, de 2021, após efetiva majoração das alíquotas, conforme regime de transição previsto no art. 9ºA e 9º-B da Lei nº 12.546, de 2011, com a redação dada pela Lei nº 14.973, de 2024.

4.5. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

4.5.1 Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte.

4.6. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

4.6.1 de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

4.6.2 que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

4.6.3 de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.6.4 cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.6.5 cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.6.6 constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

4.6.7 que participe do capital de outra pessoa jurídica;

4.6.8 que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

4.6.9 resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

4.6.10 constituída sob a forma de sociedade por ações.

4.6.11 cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

4.7. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.3 e 4.5 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

4.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

4.11.1 a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

4.11.2 os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

4.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

4.12.1 valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

4.12.2 percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

4.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 4.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

## **5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1 valor unitário e total do item

5.1.2 marca;

5.1.3 fabricante;

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.6. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.



- 5.7. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.
- 5.8. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;
- 5.9. Caso o critério de julgamento seja o de menor preço, os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência;
- 5.10. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência.
- 5.11. O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

## **6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

- 6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.
- 6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de 5% (cinco por cento).
- 6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.
- 6.11. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 6.11.1 A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 6.11.2 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.11.3 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem de classificação.

6.11.4 Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.11.5 Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.18. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

6.18.1 Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.18.2 A licitante mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.18.3 Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.18.4 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.18.5 A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

6.19. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

6.20. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

6.20.1 disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.20.2 avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

6.20.3 desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, nos termos do Decreto nº 11.430, de 2023, e da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 382, de 17 de setembro de 2025;

6.20.4 declaração do licitante de que desenvolve programa de integridade, conforme Decreto nº 12.304, de 2024, e Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025.

6.21. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.21.1 empresas brasileiras;

6.21.2 empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.21.3 empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

6.22. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

6.23. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.23.1 A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.23.2 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.23.3 O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.23.4 O Pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.23.5 É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.24. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## 7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no item 2.7 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- 7.1.1 Sicaf;
- 7.1.2 Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS,
- 7.1.3 Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP e
- 7.1.4 Lista de licitantes inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União.

7.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

- 7.2.1 A consulta no CEIS quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

7.3. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas ao CEIS, CNEP e Lista de licitantes inidôneos pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU.

7.4. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

- 7.4.1 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.
- 7.4.2 O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.
- 7.4.3 Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.5. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

7.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto nos arts. 29 a 35 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

7.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

- 7.7.1 conter vícios insanáveis;
- 7.7.2 não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
- 7.7.3 apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- 7.7.4 não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 7.7.5 não cumpra os critérios de aceitabilidade de preços definidos no Termo de Referência;
- 7.7.6 apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.9. A inexecução, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Pregoeiro, que comprove:

7.9.1 que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.9.2 inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.10. Se houver indícios de inexecução da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a execução da proposta.

7.11. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

7.11.1 O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

7.11.2 Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.12. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

7.13. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato, no caso de licitante revendedor ou distribuidor, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, sob pena de não aceitação da proposta.

## **8. DA FASE DE HABILITAÇÃO**

8.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.1 A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no Sicaf.

8.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.4. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.

8.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

8.6. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

8.7. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.8. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.9. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

8.9.1 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

8.10. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

8.10.1 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

8.11. A verificação pelo Pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.11.1 Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro.

8.11.2 Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

8.12. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.12.1 Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.12.2 Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

8.13. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 8.11.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro/Agente de Contratação, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até 2 (duas) horas, para:

8.13.1 a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

8.13.2 atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.13.3 suprimimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;

8.13.4 suprimimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

8.14. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

8.15. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.16. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 8.11.1.

8.17. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8.18. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

8.19. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

## **9. DO TERMO DE CONTRATO**

9.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente.

9.2. O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

9.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá: a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de **5 (cinco)** dias úteis, a contar da data de seu recebimento; b) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até **5 (cinco)** dias úteis; ou c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de **5 (cinco)** dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

9.4. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:

9.4.1 referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

9.4.2 a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas neste Edital;

9.4.3 a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

9.5. Os prazos dos itens 9.2 e 9.3 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

9.6. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

9.7. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

9.7.1 A existência de registro no Cadin constitui fator impeditivo para a contratação.

## **10. DOS RECURSOS**

10.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

10.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

10.3.1 a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

10.3.2 o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

10.3.3 o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

10.3.4 na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

10.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

10.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

10.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

10.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico <https://www.gov.br/pncp/pt-br>

## **11. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

11.1.1 deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro durante o certame;

11.1.2 salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

11.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

11.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

11.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;



~~11.1.2.4. deixar de apresentar amostra;~~

11.1.2.5. apresentar proposta ~~ou amostra~~ em desacordo com as especificações do edital.

11.1.3 não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

11.1.4 recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

11.1.5 apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

11.1.6 fraudar a licitação;

11.1.7 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

11.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

11.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

11.1.7.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada.

11.1.8 praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

11.1.9 praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

11.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

11.2.1 advertência;

11.2.2 multa;

11.2.3 impedimento de licitar e contratar e

11.2.4 declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

11.3.1 a natureza e a gravidade da infração cometida;

11.3.2 as peculiaridades do caso concreto;

11.3.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

11.3.4 os danos que dela provierem para a Administração Pública;

11.3.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.4. A multa será recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

11.4.1 Para as infrações previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

11.4.2 Para as infrações previstas nos itens 11.1.4, 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7, 11.1.8 e 11.1.9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

11.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

11.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

11.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 11.1.1, 11.1.2, 11.1.3 e 11.1.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

11.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7, 11.1.8 e 11.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2, 11.1.3 e 11.1.4 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021.

11.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 11.1.4, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

11.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

11.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

11.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

11.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no Sicaf.

11.15.1 Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicaf serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

## **12. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

12.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

- 12.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.
- 12.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: [licitacao@bio.fiocruz.br](mailto:licitacao@bio.fiocruz.br)
- 12.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 12.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.
- 12.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

### **13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

- 13.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.
- 13.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.
- 13.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.
- 13.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 13.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 13.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 13.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 13.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 13.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 13.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br>
- 13.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
- 13.11.1 Anexo I - Termo de Referência;
    - 13.11.1.1. Apêndice do Anexo I – Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato;
    - 13.11.1.2. Apêndice do Anexo I – Termo de Ciência e concordância;
    - 13.11.1.3. Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar;
  - 13.11.2 Anexo II – Especificação Complementar;
  - 13.11.3 Anexo III – Minuta de Termo de Contrato;
  - 13.11.4 Anexo IV - Portaria nº 01/2026-Cogead

## INSTITUTO DE TECNOLOGIA EM IMUNOBIOLOGICOS

## Termo de Referência 251/2026

## Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
251/2026	254445-INSTITUTO DE TECNOLOGIA EM IMUNOBIOLOGICOS	ALBERTO DO NASCIMENTO BEZERRA	11/05/2026 16:08 (v 0.5)
Status	CONCLUIDO		

## Outras informações

---

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo		25386.000303/2026-13

## 1. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

JUNILTON BARBOSA SILVA

Pregoeiro

**INSTITUTO DE TECNOLOGIA EM IMUNOBIOLOGICOS**  
**FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ**

(Processo Administrativo nº 25386.000303/2026-13)

**TERMO DE REFERÊNCIA**

**1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO**

1.1. Aquisição de ferramentas em geral, para atendimento a Bio-Manguinhos, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Item RCO	Item	Material / Serviço	Unid	Qtd	Código SIDEC	Valor Unit (R\$)	Valor Total (R\$)
1	7029	EXTENSÃO; TERMOPLÁSTICO; PRETA, 20 M; POTÊNCIA 110/220V	UN	4	BR0395392		
2	8187	FITA, REFLETIVA; FRT-20, MINIPA	UN	4	BR0095974		
3	11205	MALETA FERRAMENTAS; 45X33X15,2CM; MF 931, VONDER	UN	7	BR0266424		
4	11608	CHAVE FENDA E PHILLIPS; HASTE AÇO CROMO-VANAD; 232102B, BELZER	JG	13	BR0607136G		
5	11612	ALICATE CORTE DIAGONAL; AÇO CROMO-VANAD; 6"; 219.024, BELZER	UN	2	BR0245570		
6	14365	CONJUNTO P/ SOLDA; 35432, WHITE MARTINS; APL LIOFILIZADORES	CJ	1	BR0324443		
7	19304	ALICATE RECRAVADOR MANUAL; 20MM; AI; RESIST AUTOCLAVE	UN	2	BR0600655G		
8	21643	FERRO SOLDA; 40W; COMPLETO; PONTA SOLDA NCT401	UN	3	BR0245254		
9	22065	FONTE BC430; 17,8V; 840MA, FLUKE; APL ANALISADOR	UN	1	BR0035440		
10	22720	MEDIDOR TEMPERATURA; PORTATIL; 62MAX, FLUKE	UN	6	BR0422322		
11	25157	CHAVE, ALLEN(JG); AC; VANADIO; HEX; L; ABAULADA; 220990SBR, BELZER	UN	3	BR0321703		
12	29002	TENSOR; MANUAL; ABRACADEIRA PLASTICA; AJUSTAVEL	UN	1	BR0476837G		
13	41583	SUGADOR, SOLDA; Ø20MM; COMPRIMENTO 170MM; FURO Ø3MM; PTFE	UN	3	BR0274784		
14	43746	NIVEL, ALUMINIO; 3 BOLHAS	UN	10	BR0601642		
15	43933	CHAVE, COMBINADA(JG); CURTA; CATRACA; 8X19MM	JG	1	BR0450449		
16	46392	VALVULA, CORTA; CHAMA; 40123794, SOLDOR; APL MACARICO	UN	1	BR0447832		
17	46393	VALVULA, CORTA; CHAMA; 40123796, SOLDOR; APL MACARICO	UN	1	BR0447832		
18	49933	CHAVE, ALLEN(JG); AC; VANADIO; HEX; L; 7/6.4"-3/8"	UN	3	BR0360064		
19	50013	CHAVE, TORX(JG); TIPO L; 9 PECAS; T7 A T40	JG	20	BR0245021		
20	52273	TERMOMETRO; FLUKE; -50 a 160°C; 1551A-9-DL, FLUKE	UN	3	BR0472832 G		
21	54160	ESTILETE SEGURANÇA; LÂMINA RETRATIL	UN	500	BR0485372		
22	56069	FIXADOR, AUTOADESIVO; INCOLOR; POLIAMIDA; LKCS/A, HELLERMANN	UN	933	BR0428468G		
23	59517	TRENA, AUTOADESIVA; 3M; ACO; FAL3M; LUFKIN	UN	5	BR0393216G		
24	60365	INTERMEDIARIA, INTERNA; P/BOMBA, PRATIKA; AP-3, DANCOR	UN	3	BR0301589G		
25	63616	CORREDICA, SIMPLES; ROLDANAS; ACO, LAMINADO; 400MM; 3/4; 15KG	UN	17	BR0359522		

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.4. O prazo de vigência da contratação é de **120 (cento e vinte) dias** contados da **última assinatura aposta no instrumento de contrato ou recebimento de instrumento equivalente (Nota de Empenho)**, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.5. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

## **2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, conforme detalhamento a seguir:

- I) ID PCA no PNCP: 33781055000135-0-000007/2026;
- II) Data de publicação no PNCP: 30/04/2025;
- III) Id do item no PCA: conforme disposto no Estudo Técnico Preliminar nº 200/2026;
- IV) Classe/Grupo: conforme disposto no Estudo Técnico Preliminar nº 200/2026;
- V) Identificador da Futura Contratação: conforme disposto no Estudo Técnico Preliminar nº 200/2026;

## **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO**

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

## **4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

### **Sustentabilidade**

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

- 4.1.1 preferência por materiais recicláveis, embalagens reduzidas e logística reversa obrigatória; e
- 4.1.2 eficiência energética, durabilidade dos componentes e comprovação de políticas ambientais corporativas.

### **Indicação de marcas ou modelos**

4.2. Na presente contratação será admitida a indicação da(s) seguinte(s) marca(s), característica(s) ou modelo(s), de acordo com as justificativas contidas nos Estudos Técnicos Preliminares e informadas no Anexo de Descritivos dos Itens.

### **Subcontratação**

4.3. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual, pois a aquisição de ferramentas consiste em fornecimento direto de bem padronizado, cuja qualidade e conformidade devem ser asseguradas pelo próprio fornecedor. A participação de terceiros poderia fragmentar responsabilidades e comprometer rastreabilidade, garantia e controle de qualidade. Assim, a vedação reduz riscos e garante o atendimento integral às especificações da contratação.

## **Garantia da contratação**

4.4. Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pois trata-se de aquisição de itens consumíveis, cujo desgaste natural decorre do uso contínuo nos sistemas industriais. Por sua natureza, esses materiais não possuem vida útil prolongada, sendo impraticável e inadequada a aplicação de garantia contratual sobre o consumo operacional.

## **5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

### **Condições de Entrega**

5.1. O prazo de entrega dos bens é de 30 (trinta) dias, em remessa única.

5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 15 (quinze) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço: Almoxarifado de Bio-Manguinhos – Fundação Oswaldo Cruz - Avenida Brasil, 4365 – Bairro Manguinhos – CEP 21045-900, Rio de Janeiro-RJ – Horário: 08:00 às 11:30 e das 13:00 às 16:00.

5.3.1 As entregas só poderão ser feitas com agendamento prévio junto ao Almoxarifado de Bio-Manguinhos através do e-mail: [agendarecebimento@bio.fiocruz.br](mailto:agendarecebimento@bio.fiocruz.br) e pelos telefones: (21) 3882-7017 ou (21) 3882-9468, com pelo menos 48 (quarenta e oito) horas de antecedência. Entregas não agendadas não serão recebidas. Ressaltamos que o almoxarifado não abre para recebimento nos últimos 03 (três) dias úteis do mês.

### **Garantia, manutenção e assistência técnica**

5.4. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor)

## **6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

### **Fiscalização**

6.5. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

### **Fiscalização Técnica**

6.6. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.7. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.8. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.9. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.10. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.11. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

### **Fiscalização Administrativa**

6.12. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.13. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.14. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

### **Gestor do Contrato**

6.15. Cabe ao gestor do contrato:

6.15.1 coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.15.2 acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.15.3 acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.15.4 emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.15.5 tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.



6.15.6 elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.15.7 enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

## 7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

7.2.1 Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.2 Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.3 Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

7.2.4 Multa:

7.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de **0,05% (cinco centésimos por cento)** por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de **25 (vinte e cinco) dias**;

7.2.4.2. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de **15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento)** do valor da contratação.

7.2.4.3. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de **20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento)** do valor da contratação.

7.2.4.4. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de **10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento)** do valor da contratação.

7.2.4.5. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de **0,5% (meio por cento) a 15% (quinze por cento)** do valor da contratação.

7.2.4.6. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de **0,5% (meio por cento) a 10% (dez por cento)** do valor da contratação.

7.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

7.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

7.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

7.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

7.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.8.1 Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

7.8.2 Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

7.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

7.9.1 a natureza e a gravidade da infração cometida;

7.9.2 as peculiaridades do caso concreto;

7.9.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

7.9.4 os danos que dela provierem para o Contratante; e

7.9.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

7.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

7.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

7.12.1 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

7.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

7.15. Serão observados os termos a Portaria nº 1/2026-Cogead, sobre as condutas e a dosimetria na aplicação das penalidades de impedimento de licitar e contratar, no âmbito da Fiocruz.

## **8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO**

### **Recebimento**

8.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 30 (trinta) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

8.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 15 (quinze) dias úteis.

8.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.7. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8.9. As atividades de montagem, instalação e quaisquer outras necessárias para o funcionamento ou uso do bem correrão por conta do Contratado e são condição para o recebimento do objeto.

### **Liquidação**

8.10. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.11. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.12. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- 8.12.1 o prazo de validade;
- 8.12.2 a data da emissão;
- 8.12.3 os dados do contrato e do órgão contratante;
- 8.12.4 o período respectivo de execução do contrato;
- 8.12.5 o valor a pagar; e
- 8.12.6 eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.13. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

8.14. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.15. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

- 8.15.1 verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;
- 8.15.2 identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.16. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

8.17. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.18. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

8.19. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

### **Prazo de pagamento**

8.20. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.21. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

### **Forma de pagamento**

8.22. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

8.23. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.24. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.25. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.26. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

### **Cessão de Crédito**

8.27. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

8.27.1 A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

8.27.2 Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

8.27.3 O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

8.27.4 A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

8.28. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

### **Reajuste**

8.29. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 08/04/2026, data da assinatura do termo de atesto do Mapa Comparativo de Preços.

8.30. Após o interregno de um ano, e mediante pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

- 8.31. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 8.32. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).
- 8.33. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).
- 8.34. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
- 8.35. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 8.36. O reajuste será realizado por apostilamento.
- 8.37. A ausência de solicitação antes da celebração de aditamento de vigência, bem como a formalização do aditivo sem a concessão do reajuste, ou ressalva de sua superveniente análise, será considerada como renúncia ou preclusão lógica do direito.

## **9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO**

### **Forma de seleção e critério de julgamento da proposta**

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

### **Forma de fornecimento**

9.2. O fornecimento do objeto será integral.

### **Exigências de habilitação**

9.3. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

#### **Habilitação jurídica**

9.4. pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.5. empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.6. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.7. sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.8. sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

9.9. sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.10. filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.11. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

#### **Habilitação fiscal, social e trabalhista**

9.12. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.13. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

9.14. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.15. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.16. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.17. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.18. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.19. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

#### **Disposições gerais sobre habilitação**

9.20. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.21. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.22. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.23. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.24. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

## **10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

10.1. O custo estimado da contratação possui caráter sigiloso e será tornado público apenas e imediatamente após o julgamento das propostas.

10.1.1 Quando as propostas permanecerem com preços acima do orçamento estimado, o custo estimado da contratação será tornado público após a fase de lances.

10.2. A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre Contratante e Contratado, conforme especificado na matriz de risco constante do Contrato.

## **11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

11.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

- I) Gestão/unidade: 254432;
- II) Fonte de recursos: 1001000000 e 1002000000;
- III) Programa de trabalho: 10303511747050001 e 10305512320YE0001;
- IV) Elemento de despesa: 339030; e
- V) Plano interno: A1BIO.

11.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

## **12. DISPOSIÇÕES FINAIS**

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas, exceto o custo estimado da contratação, que possui caráter sigiloso até o julgamento das propostas.

## **ANEXO I**

### **Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato**



**(Contratações de pequeno valor - art. 95, inciso I, da Lei n. 14.133/2021, Orientação Normativa nº 84, de 17 de maio de 2024)**

**OU**

**(Compra com entrega imediata e integral de bens adquiridos, sem previsão de obrigações futuras, inclusive quanto à assistência técnica, independentemente do valor - art. 95, inciso II, da Lei n. 14.133/2021)**

## **1. FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO**

- 1.1. O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado a partir da data de sua convocação, para aceitar o instrumento equivalente ao contrato Nota de Empenho, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas.
- 1.2. O prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.
- 1.3. O aceite do instrumento equivalente pelo adjudicatário implica no reconhecimento de que:
  - 1.3.1 referido instrumento substitui o termo de contrato, sendo-lhe aplicáveis as disposições da Lei nº 14.133/2021;
  - 1.3.2 o Contratado se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Edital, no Termo de Referência e em seus anexos, conforme Termo de Ciência e Concordância (Anexo II).

## **2. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO**

- 2.1. O prazo de vigência da contratação é aquele estabelecido no Termo de Referência, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 2.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do Contratado, previstas neste instrumento.

## **3. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

- 3.1. São obrigações do Contratante:
  - 3.1.1 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o Termo de Referência e seus anexos;
  - 3.1.2 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
  - 3.1.3 Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;
  - 3.1.4 Acompanhar e fiscalizar a execução contratual e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
  - 3.1.5 Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Termo de Referência e neste Anexo;
  - 3.1.6 Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e no Termo de Referência;
  - 3.1.7 Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

3.1.8 Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução contratual, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

3.1.8.1. A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

3.1.9 Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

3.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto contratual, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

#### **4. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO**

4.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do Termo de Referência e deste Anexo, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

4.1.1 Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

4.1.2 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor;

4.1.3 Comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

4.1.4 Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor contratuais ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

4.1.5 Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal contratual, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

4.1.6 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

#### **5. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL**

5.1. A contratação será extinta quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

5.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para a contratação.

5.3. Quando a não conclusão do objeto referida no item anterior decorrer de culpa do Contratado:

5.3.1 ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

5.3.2 poderá a Administração optar pela extinção contratual e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

5.4. A contratação poderá ser extinta antes de cumpridas as obrigações nela estipuladas, ou antes do prazo fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

5.4.1 Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

5.4.2 A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o objeto.

5.4.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

5.5. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

5.5.1 Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

5.5.2 Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

5.5.3 Indenizações e multas.

5.6. A extinção contratual não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

5.7. A contratação poderá ser extinta caso se constate que o Contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta, ou atue na fiscalização ou na gestão contratuais, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

## **6. DOS CASOS OMISSOS**

6.1. Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

## **7. ALTERAÇÕES**

7.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação.

7.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

7.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do Contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

7.5. Registros que não caracterizam alterações contratuais podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

## **8. FORO**

8.1. Fica definido o Foro da Justiça Federal do Rio de Janeiro, Seção Judiciária da Capital para dirimir os litígios que decorrerem da execução contratual que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

**ANEXO II**  
**TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA**

Por meio deste instrumento, ..... (identificar o Contratado) declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no Edital, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o Pregão nº...../20....., bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Local-UF, ..... de ..... de 20.... .

---

(Nome e Cargo do Representante Legal)

## INSTITUTO DE TECNOLOGIA EM IMUNOBIOLOGICOS

**Estudo Técnico Preliminar 200/2026****1. Informações Básicas**

Número do processo: 25386.000303/2026-13

**2. Descrição da necessidade**

Este Estudo Técnico Preliminar (ETP) tem como objetivo identificar e analisar cenários para atender à demanda descrita no Documento de Formalização da Demanda, além de demonstrar a viabilidade técnica e econômica das soluções propostas. O ETP subsidia o processo de contratação, conforme estabelece o artigo 18, inciso II, da Lei 14.133/2021, e está em conformidade com o artigo 6º da Instrução Normativa SGD-ME nº 58/2022, fornecendo as informações necessárias para garantir a eficiência, vantajosidade e sustentabilidade da contratação pública.

O Instituto de Tecnologia em Imunobiológicos/Bio-Manguinhos, unidade da Fundação Oswaldo Cruz/Fiocruz, é responsável pela pesquisa, desenvolvimento, produção e fornecimento de vacinas, kits para diagnóstico e biofármacos ao Sistema Único de Saúde (SUS) e a outros órgãos públicos. Sua missão é garantir o acesso a produtos essenciais para a saúde pública, contribuir para a autonomia tecnológica do Brasil e promover inovação no setor de biotecnologia. Bio-Manguinhos desempenha um papel estratégico na proteção e prevenção de doenças por meio da oferta de soluções biotecnológicas.

A instituição tem investido na ampliação de seu parque industrial, na produção de vacinas, biofármacos e reativos para diagnóstico, além de desenvolver novas tecnologias e produtos de alto valor agregado. Essa estratégia visa à prevenção, diagnóstico e tratamento de doenças que impactam a saúde pública do país. As diretrizes de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação são definidas com base em critérios como a situação epidemiológica do Brasil, a demanda dos diferentes programas do Ministério da Saúde, o avanço tecnológico do projeto e sua viabilidade econômica, bem como a capacidade científica e tecnológica, além do financiamento e gerenciamento.

Para atender plenamente à demanda do Ministério da Saúde por imunobiológicos, Bio-Manguinhos elaborou um planejamento para a aquisição de materiais de consumo, os quais estão incluídos no Planejamento Anual Orçamentário e associados às iniciativas estratégicas da unidade. Essa aquisição é fundamental para garantir a continuidade da produção de vacinas, kits de diagnóstico e biofármacos, permitindo à instituição cumprir sua missão de proteger a saúde pública e promover a prevenção, diagnóstico e tratamento de doenças de grande impacto no Brasil. Além disso, o investimento em materiais assegura o desenvolvimento de novas tecnologias e aumenta a capacidade de resposta do país diante de desafios epidemiológicos.

A contratação de serviços e produtos no âmbito da saúde pública, como os oferecidos pelo Instituto de Tecnologia em Imunobiológicos/Bio-Manguinhos, é de extrema importância para garantir o acesso da população a vacinas, kits de diagnóstico e biofármacos. Essa essencialidade está diretamente ligada à missão da instituição de proteger a saúde pública, promovendo a prevenção, diagnóstico e tratamento de doenças que afetam a qualidade de vida da população brasileira.

De acordo com o previsto no art. 3º do Decreto nº 8.540, de 9 de outubro de 2015, o interesse público está intrinsecamente relacionado à necessidade de garantir a disponibilização contínua de produtos essenciais à saúde. A produção e o fornecimento de imunobiológicos não respondem apenas a uma demanda imediata, mas também ao imperativo de inovação e autonomia tecnológica do Brasil no setor de biotecnologia. Essa estratégia é vital para enfrentar os desafios epidemiológicos e assegurar que a população tenha acesso a tratamentos eficazes e preventivos.

Dessa forma, a contratação com Bio-Manguinhos fortalece a capacidade do Sistema Único de Saúde (SUS) em atender às necessidades da população, contribuindo para a implementação de políticas públicas de saúde que buscam aumentar a cobertura vacinal e a eficácia no diagnóstico e tratamento de doenças. Assim, a essência dessa contratação reside em garantir não apenas a continuidade da produção de itens essenciais, mas também em promover a saúde e o bem-estar da sociedade como um todo.

#### **Pedido de compra nº 220067**

As válvulas corta-chamas (itens 46392 e 46393) são utilizadas como mecanismo de proteção contra explosões, no maçarico de corte, utilizado no processo de coleta de embriões, para a produção de Insumo Farmacêutico Ativo de Febre Amarela, utilizado pela Seção de Produção de Vírus (SEPVI/DIPOE).

Estes itens impactam diretamente no cronograma da produção do IFA de Febre Amarela, e, consequentemente no fornecimento desta vacina que compõem o Programa Nacional de Imunização.

Os itens são constituídos pelos materiais empregados em processos já validados por um procedimento operacional padrão, de forma a garantir a inalterabilidade dos resultados de todos os processos de produção e controle de qualidade. Portanto, torna-se necessária a manutenção de todas as condições estabelecidas nestes procedimentos, sendo fator imprescindível para atendimento e preservação das normas de boas práticas de fabricação (BPF). Os materiais solicitados visam cumprir o planejamento, controle de qualidade e segurança para os colaboradores. Assegurando, com isso, o atendimento às demandas do Ministério da Saúde. Desta forma a marca SOLDUX é a única que atende as necessidades da unidade. A marca SOLDUX é a única que atende aos procedimentos realizados, com os equipamentos já existentes (maçarico), e assegura a manutenção dos padrões estabelecidos pelo controle de qualidade, além do fato de apresentar uma maior durabilidade, eficiência e confiabilidade dos resultados nos processos de produção do IFA de Febre Amarela, produzidos por Bio-Manguinhos. Nossos processos são validados com estes materiais, tais como os descrito no protocolo PBP1363. Assim, suas substituições consistem em grande risco a segurança dos operadores, a qualidade do produto e reprodutibilidade do processo, com impacto direto nas normas de Segurança de Trabalho e Boas Práticas de Fabricação.

Estes itens são parte integrante dos processos de coleta de embriões e preparo do insumo farmacêutico utilizados para produção do IFA de Febre Amarela.

#### **Pedido de compra nº 220232**

A presente solicitação refere-se à aquisição de conjunto de chaves Allen abauladas tipo L, em aço cromo-vanádio, modelo 220990SBR, da marca Belzer, destinadas às atividades de manutenção corretiva e preventiva dos equipamentos mecânicos utilizados na Seção de Testes Rápidos – SETER, no âmbito de Bio-Manguinhos/Fiocruz.

A necessidade da aquisição decorre do desgaste natural das ferramentas atualmente disponíveis, em razão do uso contínuo nas rotinas de manutenção e ajustes técnicos. Tal desgaste compromete a precisão, a ergonomia e a segurança das intervenções realizadas nos equipamentos produtivos, podendo ocasionar danos a componentes sensíveis, imprecisões em calibrações e paralisações não programadas das linhas de produção.

Os equipamentos empregados na produção de testes rápidos possuem fixadores e interfaces padronizadas que exigem ferramentas específicas no padrão Allen. A inexistência de conjuntos em condições adequadas de uso inviabiliza intervenções técnicas seguras e precisas, impactando diretamente a disponibilidade operacional e o cumprimento dos cronogramas produtivos. Dessa forma, a aquisição de dois conjuntos compostos por nove peças nas medidas 7/64", 1/8", 9/64", 5/32", 3/16", 7/32", 1/4", 5/16" e 3/8" visa assegurar plena disponibilidade para execução simultânea de atividades técnicas, reduzindo o tempo de parada dos equipamentos e mitigando riscos operacionais.

A escolha da marca Belzer, pertencente ao grupo Stanley Black & Decker, fundamenta-se em critérios técnicos de qualidade, durabilidade e precisão dimensional. O modelo especificado apresenta elevada resistência mecânica, tratamento térmico que assegura maior vida útil, acabamento anticorrosivo e extremidade abaulada que permite acesso eficiente a parafusos em ângulo, facilitando intervenções em espaços reduzidos e garantindo torque adequado, sem comprometer a integridade dos componentes mecânicos.

Ressalta-se que a marca encontra-se consolidada no ambiente técnico-operacional da unidade, tendo sido empregada em processos de transferência de tecnologia relacionados ao produto TR DPP HIV 1/2, registrado junto à Agência Nacional de Vigilância Sanitária, o que reforça sua compatibilidade com os requisitos técnicos previamente qualificados.

A utilização de ferramenta de marca diversa pode acarretar perda de precisão no torque aplicado, desgaste prematuro, risco de danos aos equipamentos e aumento do tempo de manutenção, comprometendo a eficiência operacional e a continuidade das atividades produtivas.

Assim, a aquisição do referido conjunto de chaves Allen mostra-se tecnicamente justificada e necessária para assegurar a integridade dos equipamentos, a confiabilidade das intervenções técnicas e a continuidade dos processos produtivos da unidade.

#### **Pedido de compra nº 220234**

A aquisição de ferros de solda tem como objetivo primordial garantir a qualidade, a integridade e a confiabilidade dos instrumentos e padrões utilizados nos processos de calibração da Unidade de Bio-Manguinhos. Trata-se de item essencial para assegurar a adequada manutenção e recuperação de componentes eletrônicos presentes em equipamentos críticos, contribuindo diretamente para a precisão das análises realizadas e para a conformidade com as rigorosas normas de Boas Práticas de Laboratório (BPL) que regem as atividades da Unidade.

Embora seja um equipamento de baixo valor unitário, o ferro de solda possui relevância técnica e estratégica significativa, uma vez que possibilita intervenções seguras e controladas em circuitos e conexões elétricas, evitando improvisações que possam comprometer a integridade física e funcional dos instrumentos. A adequada execução de soldagens garante estabilidade operacional, reduz falhas intermitentes e preserva o desempenho metrológico dos equipamentos.

Em um ambiente produtivo e de pesquisa como o de Bio-Manguinhos, a precisão e a confiabilidade dos dados são fundamentais para a validação de processos, rastreabilidade metrológica e desenvolvimento tecnológico. A disponibilidade de ferramentas apropriadas para manutenção preventiva e corretiva fortalece a infraestrutura técnica da Unidade, reduz o tempo de indisponibilidade dos equipamentos e minimiza riscos de retrabalho ou descarte prematuro de componentes.

A solicitação das quantidades foi estimada considerando a frequência das demandas de manutenção, a necessidade de atendimento simultâneo em diferentes setores e a ampliação recente das atividades da Unidade, com aumento no volume de instrumentos submetidos a calibração e ajustes internos. A disponibilidade de mais de um equipamento também reduz o risco de interrupção das atividades em caso de falha ou necessidade de manutenção do próprio ferro de solda.

Assim, a aquisição pretendida configura investimento estratégico de suporte técnico, promovendo eficiência operacional, otimização de recursos, redução de custos com serviços externos e fortalecimento da confiabilidade dos processos conduzidos pela Unidade.

#### **Pedido de compra nº 220734**

A aquisição de chave Allen tem por finalidade viabilizar a realização de ajustes mecânicos necessários à adequada operação dos equipamentos utilizados no atendimento às demandas produtivas da SEBIV. Trata-se de ferramenta essencial para garantir o correto aperto e regulação de componentes estruturais e funcionais dos equipamentos empregados no processo de cultivo celular, no âmbito do Projeto de Terapias Avançadas, na área de Biorreação.

O item 25157 será utilizado na rotina operacional dos equipamentos instalados na SEBIV, sendo indispensável para assegurar o pleno funcionamento, estabilidade e segurança das operações produtivas. A ausência da ferramenta adequada pode comprometer ajustes críticos, impactando diretamente o desempenho dos equipamentos e, consequentemente, a continuidade das atividades relacionadas ao projeto.

A indicação da marca BELZER fundamenta-se na reconhecida qualidade e durabilidade do fabricante no mercado de ferramentas profissionais, bem como na experiência prática da equipe de manutenção que atua rotineiramente na área produtiva. A escolha da marca contribui para maior confiabilidade nos ajustes realizados, reduzindo riscos de desgaste prematuro, deformação de parafusos e retrabalho técnico. Ressalta-se que a utilização de ferramenta de



qualidade inferior pode comprometer o resultado esperado e gerar impactos operacionais, inclusive com reflexos no cumprimento das metas associadas ao Acordo de Transferência de Tecnologia pactuado. Sendo assim, a marca indicada a única que atende a área.

A quantidade estimada considera a demanda operacional prevista, em consonância com o aumento das atividades relacionadas ao Projeto de Terapias Avançadas, garantindo disponibilidade adequada para atendimento simultâneo das rotinas produtivas e de manutenção.

#### **Pedido de compra nº 221316**

A aquisição do item em questão é de extrema importância, pois será utilizado na medição de tubos de silicone empregados nos processos de montagem de materiais que compõem os sistemas produtivos. A correta mensuração desses tubos é etapa crítica para assegurar a conformidade dimensional dos conjuntos montados, impactando diretamente a integridade dos sistemas utilizados nas etapas de formulação e envase.

Os itens serão utilizados pela Divisão de Apoio à Formulação e Envase (DIAFE), vinculada ao Departamento de Processamento Final (DEPFI), sendo essenciais na montagem dos sistemas de processo destinados à medição e preparação dos tubos que entrarão em contato direto com o produto. A precisão nas medições é indispensável para garantir que os materiais atendam aos padrões estabelecidos pelo Controle e Garantia da Qualidade de Bio-Manguinhos, em conformidade com as boas práticas aplicáveis.

A indicação da marca LUFKIN fundamenta-se no fato de que é a única que atende integralmente às especificações técnicas requeridas, tendo sido utilizada nos processos previamente validados, com resultados satisfatórios e ausência de variação significativa. Os resultados registrados no procedimento PBP 0335 – Montagem de Materiais para Envase e Formulação no Departamento de Processamento Final (DEPFI) foram obtidos com a utilização da referida marca, o que reforça a padronização técnica adotada pela Unidade. A substituição por outra marca poderia introduzir variabilidade nos resultados e comprometer a uniformização de técnicas, protocolos e padrões já consolidados, não havendo, até o momento, fonte alternativa que atenda às mesmas especificações com equivalência comprovada.

A quantidade solicitada foi estimada com base no cronograma de produção e nas demandas produtivas previstas no PMP, garantindo disponibilidade adequada para execução das atividades sem risco de interrupção. Assim, a aquisição do item mostra-se imprescindível para assegurar a continuidade operacional e o atendimento às metas produtivas da Unidade.

#### **Pedido de compra nº 221383**

A aquisição de adaptador, cabo de força e extensão tem como objetivo primordial garantir a qualidade e a integridade dos instrumentos e padrões utilizados nos processos de calibração da Unidade de Bio-Manguinhos. Essa medida é fundamental para assegurar a precisão das nossas análises e a conformidade com as rigorosas normas de boas práticas de laboratório (BPL) que regem nossas atividades. O transporte interno, armazenamento e manuseio adequado desses materiais, utilizando fita dupla face, protege-os de danos, contaminação e perda, contribuindo para a confiabilidade dos nossos resultados.

A aquisição do item, embora possa parecer um item corriqueiro, possui uma relevância científica e estratégica significativa para a Unidade de Bio-Manguinhos. Essa pequena ação contribui diretamente para a consolidação de um ambiente de trabalho eficiente, preciso e seguro, impactando positivamente diversos aspectos das operações da unidade.

O item garante a proteção dos instrumentos e padrões de calibração, preservando sua integridade física e funcional. Isso é crucial para a obtenção de resultados precisos e confiáveis nas análises realizadas, assegurando a qualidade dos produtos e serviços oferecidos pela unidade.

Em um ambiente de pesquisa como a Unidade de Bio-Manguinhos, a precisão e a confiabilidade dos dados são essenciais para o desenvolvimento de novos produtos e processos. A utilização do item contribui para a obtenção de dados mais precisos e confiáveis, fortalecendo a base científica das pesquisas realizadas.

A solicitação inicial foi estimada com base na frequência que apresenta algumas lacunas que podem comprometer a eficiência do processo de embalagem e calibração. Uma análise mais detalhada revela que essa estimativa não

considera a diversidade de tamanhos e formatos dos instrumentos, o que implica em um consumo variável de fita adesiva por unidade. Além disso, o número de voltas de fita necessárias para garantir a segurança e a integridade dos equipamentos durante o transporte também não foi considerado. É importante ressaltar que, apesar do histórico de solicitações anteriores ser relativamente baixo, observamos um aumento significativo no volume de equipamentos utilizado durante o transporte interno para calibração nos últimos meses, em decorrência do crescimento das atividades da unidade e do aumento das demandas por serviços de calibração.

#### **Pedido de compra nº 221427**

A aquisição de estiletes de segurança tem como finalidade minimizar drasticamente o risco de acidentes e lesões por corte no ambiente de trabalho, garantindo a integridade física dos colaboradores e assegurando o cumprimento das normas de saúde e segurança ocupacional aplicáveis.

O problema identificado está relacionado ao alto risco de lacerações decorrentes da utilização de estiletes convencionais, que frequentemente apresentam lâminas expostas ou mecanismos de trava ineficientes, aumentando a probabilidade de acidentes durante o manuseio. Os estiletes de segurança, especialmente os modelos autorretráteis, solucionam essa questão ao promover o recolhimento automático da lâmina quando esta perde contato com a superfície de corte ou quando o botão de acionamento é liberado, inclusive de forma acidental. Esse mecanismo reduz significativamente o risco de cortes involuntários.

O objetivo da aquisição é fortalecer a segurança operacional, promover a prevenção de acidentes de trabalho e reduzir eventuais afastamentos, além de assegurar a conformidade com as normas internas e regulamentações vigentes de saúde e segurança do trabalho. Dessa forma, o investimento contribui para um ambiente laboral mais seguro, eficiente e alinhado às boas práticas institucionais.

#### **Pedido de compra nº 221721**

A aquisição dos itens 22720, 52273 é essencial para a produção do biofármaco Etanercept no Laboratório Piloto de Eucariotos (LABPE). O material planejado contribui diretamente para a estabilidade, reprodutibilidade e desempenho do processo produtivo, estando alinhado às estratégias institucionais de garantia da qualidade, segurança e eficácia dos produtos farmacêuticos fabricados pela Unidade.

A manutenção da marca previamente utilizada ao longo do projeto constitui fator determinante para assegurar a reprodutibilidade do processo produtivo validado, mitigar riscos regulatórios e preservar a conformidade técnica do produto final. A substituição por marca diversa implicaria necessidade de reavaliações técnicas, estudos comparativos e possível revalidação de etapas do processo, com potencial impacto em prazo, custo e conformidade regulatória.

Os resultados satisfatórios obtidos no desenvolvimento e na execução do processo produtivo foram alcançados com a utilização da marca FLUKE, a qual apresentou desempenho consistente, ausência de variação crítica e aderência às especificações técnicas estabelecidas. A referida marca encontra-se aprovada no âmbito da Transferência de Tecnologia do Projeto Etanercept, conforme Contrato nº 27/2019 firmado com os parceiros privados Samsung Bioepis e Bionovis S.A., sendo elemento integrante do arranjo técnico pactuado. Dessa forma, a marca indicada é a única que atende às necessidades da área.

O alinhamento às especificações previamente aprovadas pelo parceiro tecnológico é essencial para garantir a integridade da transferência de tecnologia, a inalterabilidade dos resultados e a manutenção do rigor no controle de qualidade.

A quantidade requisitada foi estimada com base na projeção de produção prevista para o LABPE, considerando as especificações técnicas do processo de fabricação e margens de segurança para eventuais ajustes operacionais, assegurando a continuidade das atividades essenciais do Projeto Etanercept.

#### **Pedido de compra nº 221820**

A aquisição de jogos de chave de fenda é indispensável para a realização das atividades de calibração dos instrumentos utilizados nos processos produtivos de Bio-Manguinhos. A ausência dessas ferramentas compromete diretamente a execução adequada das calibrações, colocando em risco a confiabilidade das medições, a rastreabilidade metrológica e a conformidade com as normas regulatórias e com as Boas Práticas de Laboratório (BPL).

As chaves de fenda são utilizadas em conjunto com os padrões de calibração para ajuste fino e regulação de instrumentos críticos. A não realização ou execução inadequada das calibrações pode gerar medições incorretas, retrabalho, atrasos no processo produtivo e eventual não conformidade regulatória. Dessa forma, a aquisição dos referidos jogos visa assegurar a manutenção do status de calibração dos equipamentos, garantindo sua correta utilização e a integridade dos resultados obtidos.

A indicação da marca BELZER fundamenta-se na padronização técnica já adotada pela Unidade, bem como na comprovada robustez, precisão dimensional e durabilidade dos instrumentos, características essenciais para atividades de calibração que exigem estabilidade e confiabilidade. A utilização de marca diversa pode comprometer o encaixe adequado nos dispositivos, gerar desgaste prematuro ou imprecisão nos ajustes, impactando diretamente a qualidade das calibrações realizadas. Ressalta-se que a marca BELZER já é utilizada nas rotinas de manutenção e calibração da Unidade, apresentando desempenho satisfatório e compatibilidade comprovada com os equipamentos existentes. Sendo assim, a marca indicada é a única que atende aos interesses da área.

A quantidade estimada de 8 (oito) jogos foi definida com base na frequência das calibrações realizadas, na necessidade de atendimento simultâneo por diferentes setores e na prevenção de interrupções nas atividades técnicas. Tal quantitativo assegura a continuidade dos processos de calibração, evitando impactos na produção e garantindo conformidade regulatória.

#### **Pedido de compra nº 221821**

A aquisição de chave combinada e sugador é essencial para garantir a qualidade, integridade e confiabilidade dos instrumentos e padrões utilizados nos processos de calibração da Unidade de Bio-Manguinhos. Essas ferramentas são indispensáveis para a execução adequada de ajustes mecânicos e intervenções técnicas necessárias à manutenção do correto funcionamento dos equipamentos submetidos à calibração.

No contexto das atividades metrológicas, a utilização de ferramentas apropriadas assegura a precisão dos ajustes realizados em conjunto com os padrões de calibração, contribuindo diretamente para a rastreabilidade das medições e para a conformidade com as normas de Boas Práticas de Laboratório (BPL). A não realização ou execução inadequada das calibrações pode resultar em medições incorretas, retrabalho, atrasos nos processos produtivos e potenciais não conformidades regulatórias.

A aquisição dos referidos itens visa manter o adequado status de calibração dos equipamentos, assegurar a confiabilidade dos resultados analíticos e evitar impactos nas rotinas produtivas dos diversos setores da Unidade. Trata-se de medida preventiva que contribui para a continuidade operacional e para a manutenção dos padrões de qualidade exigidos.

A quantidade estimada foi definida com base na frequência das calibrações realizadas, na necessidade de atendimento às demandas simultâneas dos setores e na prevenção de interrupções nas atividades técnicas, garantindo suporte adequado às rotinas de manutenção e calibração.

#### **Pedido de compra nº 221823**

A aquisição do item é de extrema importância, pois será utilizado na realização de ajustes operacionais nos equipamentos das linhas de envase Bosch frascos, Bosch ampolas e Groninger, sistemas críticos para o cumprimento do cronograma produtivo da Unidade de Bio-Manguinhos. Tais ajustes são indispensáveis para garantir o correto funcionamento das linhas, a estabilidade operacional e a conformidade com os padrões de Controle e Garantia da Qualidade.

A marca BELZER foi previamente avaliada e aprovada para a finalidade requerida, demonstrando desempenho técnico compatível com os procedimentos operacionais executados nas referidas linhas. Conforme registros constantes no PBP 4902 – Ajustes Operacionais e Intervenções na Linha Groninger, os resultados satisfatórios foram obtidos com a utilização dessa marca, evidenciando robustez, precisão dimensional, resistência mecânica e ausência de variações que possam comprometer os ajustes críticos.

A análise técnica dos fabricantes disponíveis no mercado demonstrou que apenas a marca BELZER atende integralmente aos requisitos operacionais exigidos para essas intervenções, especialmente quanto à durabilidade, encaixe adequado e confiabilidade nos ajustes. A utilização de marca diversa pode ocasionar imprecisão nos ajustes, desgaste prematuro de componentes e risco de falhas operacionais, podendo resultar em perdas de lote, interrupções

produtivas e prejuízos significativos à Administração Pública, inclusive com impactos regulatórios. Sendo assim, a marca indicada a única que atende aos necessidades da área.

A quantidade solicitada foi estimada com base no cronograma de produção do PMP e na necessidade de atendimento simultâneo das demandas de manutenção e ajustes nas linhas de envase, garantindo continuidade operacional e mitigação de riscos de paralisação.

#### **Pedido de compra nº 221824**

A aquisição das chaves da marca BELZER é necessária para substituir e padronizar ferramentas utilizadas em atividades de manutenção e ajuste de equipamentos. as ferramentas atualmente disponíveis encontram-se desgastadas, o que compromete a precisão dos ajustes e aumenta o risco de danos a componentes sensíveis.

o objetivo é garantir a execução segura, precisa e eficiente das atividades de manutenção e regulagem de instrumentos e dispositivos mecânicos utilizados nos processos produtivos. o uso das chaves da marca BELZER assegura maior durabilidade, torque adequado e resistência mecânica, reduzindo falhas operacionais e tempos de parada de equipamentos.

O emprego de ferramentas de qualidade e com especificações técnicas confiáveis, como as da marca BELZER, contribui diretamente para a continuidade operacional das linhas de produção e manutenção preventiva de equipamentos essenciais. a padronização com a marca BELZER segue diretrizes internas que priorizam durabilidade, segurança e desempenho, alinhando-se às estratégias institucionais de eficiência, qualidade e redução de riscos operacionais.

A escolha pela marca BELZER se justifica pela necessidade de padronização do objeto e pela utilização consolidada dessa marca nos fluxos de manutenção e ajuste de equipamentos institucionais. As ferramentas BELZER apresentam especificações técnicas compatíveis com os requisitos estabelecidos nos procedimentos operacionais padrão (pops) do setor de manutenção, garantindo desempenho uniforme e confiável.

Além disso, trata-se de um insumo utilizado rotineiramente em processos e metodologias já estabelecidos, validados e registrados internamente, o que assegura a reprodutibilidade das intervenções técnicas realizadas pela equipe. O uso de ferramentas de marca diversa poderia acarretar diferenças de torque, encaixe e resistência mecânica, comprometendo a integridade dos equipamentos, a segurança das operações e a padronização das atividades de manutenção. A substituição por marcas alternativas poderia gerar impactos negativos, como: Rico de incompatibilidade dimensional que pode causar desgaste prematuro de parafusos e componentes sensíveis, aumento da probabilidade de falhas operacionais decorrentes de ferramentas com menor precisão ou durabilidade, necessidade de novos testes ou revalidações internas para assegurar desempenho equivalente, resultando em maior custo e tempo de adequação. Dessa forma, a manutenção da marca BELZER é necessária para garantir confiabilidade, segurança, durabilidade e uniformidade das atividades de manutenção, assegurando a continuidade operacional dos equipamentos e a conformidade com as práticas técnicas estabelecidas pelo setor.

#### **Pedido de compra nº 221825**

A aquisição do item 11612 é necessária para dar suporte às atividades relacionadas à produção do biofármaco Etanercept no Laboratório Piloto de Eucariotos (LABPE). Trata-se de ferramenta utilizada nas atividades de montagem, manutenção e organização dos sistemas de processo e da infraestrutura laboratorial que suportam o desenvolvimento e a produção do biofármaco.

O alicate de corte diagonal em aço cromo-vanádio, 6" (219.024), da marca Belzer, é empregado no Projeto Etanercept para o corte preciso de abraçadeiras, cabos, fios, lacres e outros materiais auxiliares utilizados na fixação e organização de mangueiras, tubulações, racks e equipamentos. Seu uso possibilita a execução segura e adequada das atividades técnicas, prevenindo danos a componentes do processo, reduzindo riscos operacionais e contribuindo para a manutenção da organização e funcionalidade das instalações, em conformidade com as Boas Práticas e os requisitos de segurança aplicáveis ao desenvolvimento e à produção do biofármaco.

O Alinhamento técnico das marcas utilizadas ao longo do projeto é fator relevante para assegurar uniformidade operacional, confiabilidade dos procedimentos e rastreabilidade das atividades executadas em ambiente controlado. A manutenção da marca já empregada evita variações de qualidade, ergonomia e desempenho da ferramenta, o que pode impactar a eficiência das atividades técnicas e a segurança dos operadores.

Ressalta-se que a marca BELZER possui histórico de utilização satisfatória no projeto, sem registro de não conformidades associadas ao seu desempenho, estando alinhada às diretrizes estabelecidas no âmbito da Transferência de Tecnologia do Projeto Etanercept, conforme Contrato nº 27/2019 firmado com os parceiros privados Samsung Bioepis e Bionovis S.A. A manutenção dessa padronização contribui para preservar a integridade técnica e operacional do processo e assegurar a continuidade das atividades sem intercorrências.

A quantidade requisitada foi calculada com base na projeção das atividades a serem realizadas no LABPE, considerando a demanda operacional do projeto e margem de segurança para reposições e eventuais necessidades de manutenção.

#### **Pedido de compra nº 221826**

A aquisição da maleta de ferramentas modelo MF931 é necessária para assegurar o armazenamento, organização e transporte adequado das ferramentas utilizadas nas atividades de manutenção, higienização e pequenos reparos na Seção de Testes Rápidos (SETER). A expansão do portfólio de kits diagnósticos e a ampliação da operação em múltiplas salas paralelas aumentaram significativamente a demanda por organização, segregação e rastreabilidade das ferramentas utilizadas nas áreas produtivas. A inexistência de maletas suficientes e adequadas compromete a organização física dos instrumentos, dificulta o acesso rápido em intervenções técnicas e eleva o risco de extravio, danos e compartilhamento indevido entre ambientes distintos.

Considerando que a SETER opera sob diretrizes de Boas Práticas de Fabricação (BPF), a segregação de ferramentas por sala constitui medida preventiva essencial para mitigar riscos de contaminação cruzada, garantir maior controle interno e assegurar conformidade com os procedimentos institucionais de organização e limpeza. A disponibilização de maletas exclusivas por ambiente produtivo fortalece a autonomia das equipes, reduz a dependência de compartilhamento de instrumentos e contribui para maior eficiência operacional.

A escolha da marca Vonder fundamenta-se em critérios técnicos objetivos e na experiência prévia de uso institucional. O modelo MF931 apresenta dimensões adequadas (45 x 33 x 15,2 cm), estrutura reforçada, resistência a impactos, sistema de travamento seguro e capacidade volumétrica compatível com o conjunto de ferramentas utilizadas na área. A instituição já utiliza produtos da marca em outros setores, com desempenho satisfatório e ausência de registros de não conformidade, o que reforça a confiabilidade do fabricante e a adequação técnica do produto às rotinas operacionais. Dessa forma, a marca indicada é a única que atende aos interesses da área.

A manutenção do padrão técnico adotado contribui para a uniformidade operacional, previsibilidade de desempenho, redução de variações entre modelos, otimização da reposição e racionalização da gestão de materiais. Ressalta-se que a indicação de marca decorre de justificativa técnica baseada em desempenho, durabilidade e adequação funcional, não configurando direcionamento indevido, mas sim escolha fundamentada na solução mais segura e eficiente para atendimento das necessidades da unidade.

A não aquisição das maletas poderá comprometer a organização e segregação das ferramentas por sala, aumentar o risco de compartilhamento entre ambientes distintos, elevar a probabilidade de extravio e danos, reduzir a agilidade nas intervenções técnicas e fragilizar a rastreabilidade interna, podendo inclusive gerar apontamentos em auditorias de Boas Práticas de Fabricação. No contexto de expansão da SETER para o campus de Jacarepaguá, a disponibilidade de maletas adequadas torna-se ainda mais relevante para garantir transporte seguro, organizado e eficiente entre ambientes fabris.

A quantidade foi definida com base na necessidade de atendimento a salas operacionais distintas, considerando a expansão produtiva da área e a exigência de segregação física das ferramentas.

#### **Pedido de compra nº 221827**

A DIMOA – Divisão de Armazenagem e Movimentação de Materiais e Produtos Acabados – é responsável pelo planejamento e execução das atividades relacionadas à armazenagem, organização, movimentação interna e expedição de insumos e produtos acabados de Bio-Manguinhos. No contexto dessas atividades, a utilização de ferramentas adequadas é indispensável para garantir a segurança operacional, a organização dos fluxos logísticos e a integridade dos materiais movimentados.

A aquisição da maleta de ferramentas modelo MF 931, com dimensões 45 x 33 x 15,2 cm, da marca Vonder, justifica-se pela necessidade de assegurar acondicionamento adequado, transporte seguro e organização padronizada das

ferramentas utilizadas nas rotinas operacionais e de manutenção da área logística. A ausência de maleta apropriada compromete a organização dos instrumentos, aumenta o risco de extravio, danos e improvisações no armazenamento, podendo impactar a eficiência das atividades e a segurança dos operadores.

A escolha da marca Vonder fundamenta-se em critérios técnicos objetivos, como resistência estrutural, durabilidade, sistema de travamento seguro e dimensões compatíveis com o conjunto de ferramentas utilizadas na operação logística. A instituição já possui histórico de utilização satisfatória de produtos da referida marca, sem registros de não conformidade, o que reforça sua confiabilidade, robustez e adequação ao ambiente operacional de Bio-Manguinhos. Dessa forma, a marca indicada é a única que atende aos interesses da área.

A manutenção do padrão técnico adotado contribui para uniformidade operacional, previsibilidade de desempenho e racionalização da gestão de materiais, não configurando direcionamento indevido, mas sim escolha fundamentada na solução tecnicamente mais adequada às necessidades da DIMOA.

Dessa forma, a aquisição do item constitui medida necessária para assegurar a organização, segurança e continuidade das atividades logísticas da unidade.

#### **Pedido de compra nº 221828**

A aquisição do item 43746 é utilizado na verificação do nivelamento das garrafas T175 e/ou suportes como CF2, CF10 e CF40 utilizados na replicação celular, durante período de incubação nos processos de descongelamento, renovação e passagens de células MRC-5 substrato para o Insumo Farmacêutico Ativo (IFA) da vacina contra Rubéola, fabricado no Centro de Produção de Antígenos Virais (CPAV) sendo conduzidas pela Seção de Produção de Células de Linhagem e Inoculação Viral (SELIV).

A contratação visa garantir o pleno atendimento às Boas Práticas de Fabricação (BPF) e aos requisitos técnicos de homogeneidade no desenvolvimento celular sendo compatível com processos validados. A escolha deste item garante a integridade do material biológico, assegurando a qualidade do produto intermediários e finais, sem risco de comprometimento da esterilidade, integridade ou rastreabilidade.

A quantidade está de acordo com o planejamento anual e contempla tanto o uso regular quanto a reserva estratégica aprovada pela UO, respeitando critérios de segurança e eficácia na aplicação do instrumento nos processos produtivos.

#### **Pedido de compra nº 221829**

A aquisição do item 19304 é necessária para vedação dos frascos de amostragem de potência (título de IFA vacinal) dos IFAS de sarampo e caxumba.

Objetivo da Contratação é garantir que a etapa de amostragem para análise de Potência possa ocorrer dentro do padrão requerido pelo Controle de Qualidade e preconizado em PBP do processo de produção dos IFAS sarampo e caxumba.

Este item é utilizado nos processos de COLHEITA E CLARIFICAÇÃO DA SUSPENSÃO VIRAL (CEPA RIT 4385) E DISTRIBUIÇÃO DE IFA DE CAXUMBA conforme PBP0418 e CLARIFICAÇÃO DA SUSPENSÃO VIRAL (CEPA SCHWARZ) E DISTRIBUIÇÃO DE IFA DE SARAMPO conforme PBP 0417 - realizados pela Seção de Colheita, Clarificação e IFA – Células Primárias – SECIP e utilizados na produção dos Insumos Farmacêuticos Ativos (IFAs) de Sarampo e Caxumba, ingredientes da vacina sarampo, caxumba. O item, portanto, atendem às especificações técnicas e à qualidade exigidas pelas Boas Práticas de Fabricação, conforme RDC 658/2022 e RDC 654/2022, garantindo segurança, confiabilidade e reprodutibilidade nos resultados.

A falta ou falha relacionadas a este material poderá comprometer o cronograma de produção de IFA e o não fornecimento de doses da vacina sarampo, caxumba, rubéola (atenuada) ao Ministério da Saúde.

#### **Pedido de compra nº 221830**

A aquisição do tensor manual para abraçadeira plástica resolve o problema de apoio na utilização de forma eficaz e segura de abraçadeiras plásticas utilizadas durante o preparo de meios de cultivo, soluções e soluções sanitizantes produzidos, pela SEMES-BT.

A aquisição do material tem como objetivo apoiar na utilização de forma eficaz e segura de abraçadeiras plásticas utilizadas durante a produção de meios de cultivo e soluções preparados na SEMES-BT em atendimento à necessidade de produção de soluções sanitizantes para manutenção das áreas produtivas do DEBIO e atendimento a produção de meios de cultivo e soluções para o projeto de Terapias Avançadas.

O item 29002, adquirido pela SEMES-BT, será utilizado na própria SEMES-BT para aplicar, tensionar e, em alguns casos, cortar abraçadeiras plásticas de forma eficaz e segura, contribuindo para a prevenção de contaminações e garantindo o atendimento às boas práticas de fabricação.

A quantidade estimada baseia-se na previsão de utilização na rotina de produção prevista para o ano de na SEMES-BT, em atendimento às demandas de preparo de solução sanitizantes e o atendimento ao processo do projeto de Terapias Avançadas.

#### **Pedido de compra nº 221832**

A aquisição do insumo é essencial para Produção do biofármaco ETANERCEPT, no Laboratório Piloto de Eucariotos (LABPE). O material planejado contribui diretamente para a eficácia e estabilidade do produto e suas utilizações estão alinhadas com as estratégias institucionais de garantir a qualidade e eficácia dos produtos farmacêuticos fabricados.

O nível de alumínio com três bolhas é utilizado no Projeto Etanercept como instrumento de apoio à instalação, verificação e ajuste de equipamentos e estruturas empregadas nas áreas laboratoriais e produtivas. Esse insumo é utilizado para assegurar o correto nivelamento de bancadas, suportes, racks, equipamentos de processo, sistemas de filtração e dispositivos de apoio, condição essencial para o funcionamento adequado, a segurança operacional e a estabilidade dos sistemas. O uso do nível contribui para a prevenção de falhas mecânicas, derramamentos ou desalinhamentos que possam impactar as atividades, apoiando a organização das instalações, a reprodutibilidade das operações e o atendimento às Boas Práticas e aos requisitos de segurança aplicáveis ao desenvolvimento e à produção do biofármaco Etanercept.

O insumo nível de alumínio com três bolhas não possui marca específica definida, contudo, suas especificações técnicas ratificam o histórico de qualidade, desempenho consistente e ausência de variação ao longo de sua utilização no Projeto Etanercept. O material encontra-se aprovado no âmbito da Transferência de Tecnologia do Projeto Etanercept, conforme a Fundamentação Legal do Contrato nº 27/2019, celebrado com os parceiros privados Samsung Bioepis e Bionovis S.A.. Esse alinhamento técnico é essencial para garantir a inalterabilidade dos resultados, a reprodutibilidade dos processos e a manutenção do rigor exigido no controle de qualidade, em conformidade com as Boas Práticas e os requisitos regulatórios aplicáveis.

A quantidade das matérias primas requisitadas foi calculada com base na projeção da produção que será realizada no LABPE e nas especificações utilizadas no processo de fabricação para atendimento ao Projeto Etanercepte e as atividades essenciais do Laboratório Piloto de Eucariotos (LABPE). A quantidade também considera margens de segurança para eventuais ajustes de processo.

#### **Pedido de compra nº 221837**

A fita refletiva será utilizada no Programa de Calibração dos instrumentos em desenvolvimento tecnológico, controle de qualidade e produção de vacinas em Bio-Manguinhos.

A medição da velocidade é parâmetro crítico a ser considerado durante o controle e a fabricação de imunobiológicos, neste sentido, a aquisição das fitas refletivas é necessária para que possa ser realizada a calibração das centrífugas, trituradores, agitadores, bombas peristálticas.

Neste contexto, as fitas refletivas são imprescindíveis nas atividades de calibração, pois é através da utilização destas fitas juntamente com o padrão de calibração que é possível realizar estas calibrações. A não realização das calibrações ocasiona medições erradas que geram retrabalho e atrasam o processo produtivo de muitos setores da Unidade de Bio-Manguinhos. A compra destas fitas visa atender as demandas destas calibrações mantendo adequadamente o status de calibração destes equipamentos e assegurando a sua correta utilização.

A empresa MINIPA é a única a fornecer resultados compatíveis com o tacômetro padrão, modelo MDT 2238A, de Bio-Manguinhos para que seja possível realizar as calibrações dos medidores de velocidade. Dessa forma, é a única que atende as necessidades da área.

A ausência da fita refletiva compromete a calibração dos instrumentos, colocando em risco a conformidade com as normas regulatórias.

A quantidade foi estimada com base na frequência das calibrações necessárias para o correto funcionamento dos equipamentos de Bio-Manguinhos. Essa estimativa garante a continuidade dos processos de calibração e evita interrupções que poderiam comprometer a produção.

#### **Pedido de compra nº 222579**

O item 35432, da marca White Martins, consiste em componente técnico essencial utilizado nas atividades de manutenção preventiva e corretiva dos liofilizadores industriais instalados no Parque Fabril de Bio-Manguinhos, Campus Manguinhos/RJ.

O referido conjunto é empregado na execução de procedimentos de soldagem técnica em componentes metálicos e conexões dos sistemas associados aos liofilizadores, tendo como finalidade garantir a integridade estrutural e funcional dos equipamentos durante intervenções de manutenção. Sua utilização assegura condições adequadas de operação, prevenindo vazamentos, falhas mecânicas e comprometimento do processo produtivo, além de possibilitar a substituição de componente idêntico atualmente danificado, restabelecendo plenamente a funcionalidade do sistema.

A disponibilidade deste conjunto é indispensável para a operação contínua, segura e confiável dos liofilizadores industriais, para a adequada execução das rotinas de manutenção preventiva e corretiva, para a redução de riscos de falhas operacionais e paradas não programadas e para a preservação da segurança de operadores, técnicos e das instalações. Ademais, contribui diretamente para o atendimento às Boas Práticas de Fabricação (BPF) e às exigências regulatórias da ANVISA aplicáveis aos processos produtivos.

Os liofilizadores industriais constituem equipamentos críticos nos processos de produção de imunobiológicos e biofármacos, sendo responsáveis pela estabilidade, conservação e qualidade dos produtos destinados ao Sistema Único de Saúde (SUS). A indisponibilidade ou falha de componentes utilizados em sua manutenção pode comprometer a integridade dos processos produtivos, provocar interrupções operacionais não planejadas, gerar desvios de qualidade e não conformidades regulatórias, além de impactar o cumprimento das entregas pactuadas com o Ministério da Saúde. Nesse contexto, o Conjunto para Solda configura-se como insumo estratégico e indispensável para a manutenção da confiabilidade operacional, da segurança dos processos industriais e da capacidade produtiva institucional.

A escolha da marca WHITE MARTINS é tecnicamente justificada, nos termos dos arts. 41 e 43 da Lei nº 14.133/2021, que admitem a indicação de marca quando tecnicamente motivada e vinculada à padronização de bens pela Administração Pública. Os sistemas e equipamentos instalados em Bio-Manguinhos foram projetados e operam com componentes da referida marca, sendo esta a única que atende integralmente às especificações técnicas exigidas, garantindo compatibilidade total com os equipamentos existentes, confiabilidade operacional durante os procedimentos de soldagem e atendimento aos requisitos técnicos e normativos aplicáveis. A reposição de componente idêntico ao originalmente instalado evita adaptações, ajustes técnicos ou necessidade de revalidação do sistema.

A utilização de conjuntos para solda de outras marcas pode resultar em incompatibilidade técnica, comprometimento da qualidade da soldagem, riscos à integridade dos equipamentos e dos operadores, além de eventual necessidade de testes adicionais e possível ocorrência de não conformidades regulatórias. Sendo a única que atende as necessidades da área.

A estimativa de quantitativo considera a necessidade imediata de substituição de componente idêntico danificado, o histórico de manutenções em liofilizadores industriais, o desgaste natural decorrente do uso contínuo dos equipamentos, as recomendações técnicas do fabricante, a necessidade de manutenção de estoque mínimo para atendimento emergencial e as demandas previstas para o Parque Fabril para o exercício.

#### **Pedido de compra nº 222874**

Os item 56069 é necessário para assegurar a organização, fixação e segurança de cabos, tubos e pequenos componentes instalados em painéis elétricos e demais instalações industriais do Parque Fabril de Bio-Manguinhos /Fiocruz, Campus Manguinhos – RJ.



O fixador autoadesivo é utilizado para manter cabos e componentes devidamente organizados e firmemente posicionados, prevenindo deslocamentos indevidos, desgaste prematuro, interferências operacionais e riscos de acidentes. Sua aplicação contribui diretamente para a integridade dos sistemas elétricos e de automação, bem como para a segurança das equipes técnicas que atuam nas rotinas de manutenção preventiva e corretiva.

A utilização desse material é essencial para garantir a continuidade operacional dos equipamentos e sistemas industriais, evitando falhas decorrentes de cabos soltos, mal posicionados ou submetidos a tensão inadequada. Além disso, sua aplicação atende às normas internas de manutenção e operação, em conformidade com os procedimentos técnicos padronizados e com as Boas Práticas de Fabricação (BPF) adotadas pela Unidade.

O item é empregado em painéis elétricos e de automação, linhas de produção industrial, sistemas de utilidades e supervisórios, bem como em outras instalações industriais e laboratoriais da Unidade, sendo considerado material de consumo indispensável à organização técnica e à segurança das operações.

Embora se trate de insumo de baixo valor unitário, sua aquisição possui relevância operacional e estratégica, pois contribui para manter a integridade e funcionalidade dos sistemas utilizados na produção de imunobiológicos, biofármacos e reagentes para diagnóstico, evitando interrupções nas linhas produtivas e assegurando a manutenção das boas práticas de operação industrial e segurança do trabalho.

A escolha da marca HELLERMANN fundamenta-se em critérios técnicos objetivos, tais como qualidade reconhecida, confiabilidade no desempenho de fixação, compatibilidade com os sistemas e painéis existentes e histórico de utilização satisfatória nas manutenções realizadas na Unidade. A manutenção do padrão técnico adotado favorece a padronização interna, facilita a reposição e reduz riscos associados ao uso de materiais com especificações divergentes. Sendo assim, a marca indicada é a única que atende a área.

A estimativa de quantitativo considera o histórico de consumo durante manutenções preventivas e corretivas, a substituição de unidades desgastadas pelo uso contínuo e a necessidade de manutenção de estoque mínimo para atendimento emergencial ao longo do exercício de 2026, garantindo disponibilidade imediata de material essencial à operação segura e contínua do Parque Fabril.

#### **Pedido de compra nº 222875**

O item 56069, objeto deste pedido, consiste em componente de consumo essencial destinado à substituição de trechos danificados de cabos, tubulações, sensores e conduítes, mantendo a compatibilidade com as emendas existentes, sem necessidade de substituição integral do trecho instalado, evitando desperdício de recursos e intervenções estruturais desnecessárias.

O fixador tem como finalidade organizar e suportar cabos elétricos e tubulações em áreas críticas do Parque Fabril, reduzir riscos de desgaste mecânico, vibração e atrito, garantir a integridade de cabos e tubulações sensíveis a agentes químicos e variações de temperatura, além de facilitar as rotinas de manutenção preventiva, evitando deslocamentos ou desconexões acidentais. Sua utilização é fundamental para preservar a segurança operacional e a confiabilidade dos sistemas industriais, evitar falhas elétricas e mecânicas decorrentes de cabos soltos ou mal fixados, atender às rotinas programadas de manutenção preventiva, assegurar conformidade com as Boas Práticas de Fabricação (BPF) nas áreas produtivas e garantir a continuidade das atividades críticas do Parque Fabril.

A indisponibilidade desse fixador pode comprometer o desempenho dos sistemas elétricos e hidráulicos, gerar retrabalho nas manutenções e impactar negativamente a confiabilidade operacional das instalações industriais.

O item é utilizado no Parque Fabril de Bio-Manguinhos/Fiocruz – Campus Manguinhos/RJ, abrangendo sistemas de utilidades, equipamentos industriais e elétricos, painéis de controle, conduítes, tubulações, áreas produtivas e técnicas, bem como instalações de suporte à produção.

A contratação tem como objetivo garantir a disponibilidade contínua de fixadores autoadesivos compatíveis com os equipamentos e instalações existentes, assegurando organização e proteção de cabos, sensores e tubulações, atendimento às manutenções preventivas programadas, redução de falhas e retrabalho, preservação da vida útil dos sistemas e continuidade das atividades produtivas estratégicas da Unidade.

Embora se trate de material de consumo, sua relevância operacional e estratégica é significativa, pois a inadequação ou indisponibilidade desses fixadores pode comprometer a segurança elétrica e operacional, gerar falhas mecânicas

em equipamentos críticos, impactar a confiabilidade de sistemas industriais e de suporte, afetar a integridade de linhas de processo e utilidades e comprometer o cumprimento das metas pactuadas com o Ministério da Saúde.

A escolha da marca HELLERMANN é tecnicamente justificada, nos termos dos arts. 41 e 43 da Lei nº 14.133/2021, que admitem a indicação de marca quando tecnicamente motivada e vinculada à padronização de bens pela Administração Pública. O item destina-se exclusivamente à substituição de trechos danificados, mantendo plena compatibilidade com as emendas existentes e com as especificações originais do projeto das instalações e equipamentos do Parque Fabril. A substituição por fixadores similares ou supostamente equivalentes não se mostra tecnicamente viável, pois não há garantia de equivalência plena quanto à adesão, resistência mecânica e resistência química, podendo diferenças construtivas comprometer a fixação de cabos e tubulações, ocasionar deslocamentos em equipamentos sensíveis, aumentar a ocorrência de falhas, desgaste prematuro e retrabalho, além de potencialmente gerar não conformidades técnicas e regulatórias, inclusive relacionadas às Boas Práticas de Fabricação.

Ressalta-se que não se trata de inovação ou alteração de projeto, mas de manutenção preventiva e corretiva com reposição de componente idêntico ao originalmente especificado, condição essencial para preservar a confiabilidade operacional dos sistemas, a integridade das instalações industriais, a segurança operacional e patrimonial e a continuidade das atividades produtivas estratégicas da Unidade. A indicação da marca, portanto, não decorre de preferência comercial, mas de exigência técnica e operacional, sendo a única alternativa que assegura compatibilidade plena com o projeto original das instalações e equipamentos, afastando riscos técnicos, operacionais, regulatórios e sanitários.

A estimativa de quantitativo considera o histórico de consumo e substituições, a criticidade dos equipamentos e cablagens atendidas, as recomendações técnicas do fabricante, a necessidade de manutenção de estoque mínimo estratégico e as demandas previstas para o exercício.

#### **Pedido de compra nº 222898**

A Intermediária Interna para Bomba Pratika AP-3, da marca Dancor, objeto deste pedido, consiste em componente mecânico essencial ao correto funcionamento das bombas centrífugas instaladas nos sistemas de utilidades do Parque Fabril de Bio-Manguinhos, Campus Manguinhos/RJ. Trata-se de peça integrante do conjunto hidráulico da bomba, responsável por assegurar o alinhamento interno, a vedação adequada e o correto desempenho operacional do equipamento.

Esse componente tem como finalidade garantir o fluxo adequado do fluido bombeado, manter a eficiência hidráulica do sistema, preservar as condições de operação originalmente projetadas pelo fabricante e possibilitar a substituição de peça danificada ou desgastada sem qualquer alteração no projeto original do equipamento. Sua utilização é indispensável para assegurar a operação contínua e confiável dos sistemas de utilidades, permitir a execução adequada das manutenções preventivas e corretivas, evitar falhas mecânicas e vazamentos, reduzir riscos de paradas não programadas e preservar a integridade dos equipamentos e instalações atendidas.

A indisponibilidade ou falha da intermediária interna pode comprometer diretamente o funcionamento das bombas centrífugas, impactando sistemas de resfriamento, circulação e suporte térmico que atendem processos industriais críticos. Eventuais falhas podem provocar interrupções operacionais não planejadas, afetar equipamentos vinculados às áreas produtivas e técnicas e gerar reflexos indiretos na produção e no controle de qualidade, com potencial impacto no cumprimento das demandas pactuadas com o Ministério da Saúde.

A contratação tem como objetivo garantir a disponibilidade contínua de componente mecânico idêntico ao originalmente especificado, assegurando o pleno funcionamento das bombas centrífugas existentes, a manutenção da confiabilidade operacional dos sistemas de utilidades, a preservação das características técnicas do projeto original e a continuidade das atividades produtivas estratégicas da Unidade.

A escolha da marca DANCOR é tecnicamente justificada, nos termos dos arts. 41 e 43 da Lei nº 14.133/2021, que admitem a indicação de marca quando tecnicamente motivada e vinculada à padronização de bens pela Administração Pública. As bombas centrífugas instaladas foram projetadas, dimensionadas e operam com componentes originais da marca DANCOR, sendo a intermediária interna parte integrante do conjunto hidráulico com tolerâncias dimensionais, materiais e geometrias específicas definidas pelo fabricante. A substituição por componente similar ou supostamente equivalente não é tecnicamente recomendável, pois não há garantia de compatibilidade dimensional e funcional plena, podendo ocorrer desalinhamentos, vazamentos, perda de desempenho hidráulico,

redução da vida útil do equipamento ou necessidade de adaptações mecânicas indevidas, aumentando o risco de falhas operacionais e paradas não programadas.

Ressalta-se que não se trata de modernização ou alteração de projeto, mas de manutenção preventiva e corretiva com reposição de peça idêntica à originalmente especificada, condição essencial para preservar a confiabilidade, a segurança operacional, a padronização do parque instalado e o interesse público envolvido na continuidade dos serviços essenciais da Unidade. A indicação da marca, portanto, não decorre de preferência comercial, mas de exigência técnica e operacional indispensável à manutenção adequada dos sistemas existentes.

A estimativa de quantitativo considera o histórico de falhas e substituições, o desgaste natural decorrente do uso contínuo, a criticidade dos sistemas atendidos, as recomendações técnicas do fabricante, a necessidade de manutenção de estoque mínimo estratégico e as demandas previstas para o exercício.

### **Pedidos de compras nº 222988, 223063**

Os itens relacionados são indispensáveis para a execução das atividades de manutenção preventiva e corretiva das edificações, sistemas prediais, hidráulicos, sanitários, civis e de apoio operacional das instalações industriais, laboratoriais e administrativas de Bio-Manguinhos. Tratam-se de materiais de consumo e componentes permanentes utilizados em intervenções técnicas rotineiras e emergenciais, necessários à preservação das condições estruturais, funcionais e sanitárias das instalações.

Esses materiais abrangem sistemas hidráulicos e de esgotamento sanitário, sistemas de abastecimento e reservação de água, infraestrutura civil e predial, portas, divisórias, mobiliários e ferragens, áreas de circulação, banheiros, vestiários e demais áreas de apoio, além de adequações físicas necessárias à manutenção das condições operacionais e sanitárias. Incluem, entre outros, tubos, conexões, registros, válvulas, boias, sifões, grelhas, metais sanitários, portas, dobradiças, fechaduras, puxadores, espelhos, revestimentos, forros, chapas, compensados, ferragens, eletrocalhas e insumos destinados à construção civil, todos essenciais para garantir a funcionalidade, segurança, integridade estrutural e conformidade sanitária das instalações.

A utilização desses materiais é tecnicamente necessária para assegurar o atendimento às Boas Práticas de Fabricação (BPF), às normas técnicas aplicáveis às instalações industriais e laboratoriais e aos requisitos sanitários e regulatórios expedidos pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), especialmente em ambientes com controle sanitário rigoroso. Sua aplicação viabiliza a execução de manutenções prediais preventivas e corretivas, a recomposição e adequação de sistemas hidráulicos e sanitários, a manutenção de portas, divisórias, mobiliários e ferragens, a preservação das condições estruturais das edificações, a garantia da segurança de colaboradores, visitantes e prestadores de serviço, a manutenção das condições sanitárias, ambientais e operacionais dos ambientes e a mitigação de riscos estruturais, hidráulicos e operacionais.

A indisponibilidade desses materiais compromete a execução das manutenções programadas e emergenciais, podendo resultar em falhas estruturais, vazamentos, degradação das edificações, riscos à segurança das pessoas, não conformidades regulatórias e impactos diretos na continuidade operacional das atividades produtivas, laboratoriais e administrativas.

Os materiais serão utilizados no Parque Fabril de Bio-Manguinhos/Fiocruz, abrangendo áreas produtivas, sistemas de utilidades, laboratórios, áreas classificadas, áreas administrativas, banheiros, vestiários, corredores técnicos, almoxarifados e demais estruturas prediais de apoio.

A contratação tem como objetivo garantir a disponibilidade contínua de materiais essenciais às rotinas de manutenção predial, hidráulica, civil e de apoio operacional, assegurando o funcionamento adequado das edificações e sistemas prediais, a segurança estrutural e operacional das instalações, a conformidade com as Boas Práticas de Fabricação, o atendimento às normas técnicas, sanitárias e de segurança do trabalho, a mitigação de riscos sanitários, estruturais e operacionais e a continuidade das atividades produtivas, laboratoriais e administrativas da Unidade.

A indisponibilidade dos materiais especificados pode inviabilizar manutenções prediais e hidráulicas críticas, comprometer a integridade das edificações e sistemas de apoio, gerar riscos à segurança de pessoas e instalações, provocar não conformidades em auditorias sanitárias, técnicas e regulatórias, impactar indiretamente a continuidade das atividades produtivas estratégicas e afetar o cumprimento das entregas pactuadas com o Ministério da Saúde.

A estimativa de quantitativos considera o desgaste natural dos componentes prediais e hidráulicos, o histórico de consumo e reposição nas rotinas de manutenção, a extensão, complexidade e diversidade das instalações do Parque Fabril, a necessidade de manutenção de estoque mínimo estratégico para atendimentos emergenciais e as demandas previstas para o exercício.

#### **Pedido de compra nº 223195**

O item em epígrafe, Fonte de Alimentação BC430, da marca **Fluke Corporation**, constitui componente essencial para o funcionamento adequado dos analisadores da mesma marca utilizados nas rotinas de manutenção, calibração, testes e diagnóstico de equipamentos elétricos e eletrônicos empregados nas áreas produtivas e de controle de qualidade de Bio-Manguinhos.

A fonte de alimentação tem como finalidade fornecer energia elétrica estável, compatível e dentro das especificações técnicas exigidas pelo fabricante do analisador, garantindo medições confiáveis e precisas durante ensaios e verificações técnicas. Além disso, assegura a continuidade das atividades de calibração e diagnóstico e preserva a integridade eletrônica do equipamento analisador, evitando oscilações ou fornecimento inadequado de energia que possam comprometer seu desempenho.

Sua utilização é indispensável para a execução segura das rotinas de manutenção preventiva e corretiva, para o apoio às atividades de qualificação e validação de sistemas, para a redução de falhas de medição e diagnósticos incorretos e para o atendimento às Boas Práticas de Fabricação (BPF) e às exigências regulatórias da ANVISA aplicáveis às áreas produtivas e laboratoriais. A ausência ou falha da fonte de alimentação pode comprometer diretamente o funcionamento do analisador, inviabilizando medições críticas, impactando a confiabilidade dos processos técnicos e gerando atrasos em intervenções essenciais.

O equipamento é utilizado no Parque Fabril de Bio-Manguinhos/Fiocruz – Campus Manguinhos/RJ, abrangendo áreas de manutenção elétrica e instrumentação, laboratórios de apoio e controle de qualidade, linhas de produção industrial, sistemas elétricos e eletrônicos industriais e demais instalações técnicas vinculadas aos processos produtivos.

A contratação tem como objetivo garantir a disponibilidade contínua da Fonte de Alimentação BC430, assegurando o pleno funcionamento dos analisadores FLUKE, a confiabilidade das medições elétricas e diagnósticos técnicos, a continuidade das rotinas de manutenção, calibração e testes, a redução de falhas operacionais e atrasos em intervenções técnicas, bem como o suporte às atividades produtivas estratégicas da Unidade.

A escolha da marca FLUKE é tecnicamente justificada, nos termos dos arts. 41 e 43 da Lei nº 14.133/2021, que admitem a indicação de marca quando tecnicamente motivada e vinculada à padronização de bens pela Administração Pública. A fonte BC430 foi desenvolvida especificamente para utilização com analisadores da marca, garantindo total compatibilidade elétrica e funcional, atendimento às especificações técnicas originais do fabricante, segurança elétrica, estabilidade de alimentação e preservação da vida útil do equipamento. A utilização de fontes de outras marcas pode resultar em incompatibilidade elétrica, danos ao analisador, perda de precisão das medições, necessidade de testes adicionais e risco à confiabilidade dos resultados obtidos, além de potencial comprometimento de atividades reguladas.

Dessa forma, justifica-se a aquisição da fonte de alimentação BC430 como a única alternativa tecnicamente segura e compatível para assegurar a manutenção adequada dos analisadores utilizados em Bio-Manguinhos.

A estimativa de quantitativo considera o histórico de consumo e substituição de acessórios dos analisadores, o desgaste natural decorrente do uso contínuo, a necessidade de reposição imediata em caso de falha, a manutenção de estoque mínimo para atendimento emergencial e as demandas previstas para o Parque Fabril no exercício correspondente.

#### **Pedido de compra nº 223404**

O item 49933, compostos por ferramentas manuais de uso técnico, é indispensável para a execução segura, precisa e padronizada das atividades de manutenção elétrica, mecânica e eletromecânica realizadas no Parque Fabril de Bio-Manguinhos. Tais ferramentas são utilizadas rotineiramente em intervenções técnicas programadas e emergenciais, sendo essenciais para assegurar a confiabilidade operacional dos equipamentos e sistemas industriais.

A chave de fenda tipo toco, isolada para até 1000 V, é aplicada em intervenções em painéis elétricos, quadros de comando e componentes eletromecânicos, permitindo ajustes, reapertos e desmontagens com segurança elétrica, mitigando riscos de choque durante atividades de manutenção preventiva e corretiva. O jogo de chaves Allen em aço vanádio, com diferentes dimensões hexagonais, é amplamente empregado na montagem, desmontagem e regulação de equipamentos industriais, estruturas mecânicas, dispositivos de proteção, motores, redutores e sistemas produtivos, garantindo torque adequado, precisão operacional e preservação dos componentes.

Essas ferramentas são empregadas em manutenções elétricas e eletromecânicas, painéis elétricos e sistemas de automação, equipamentos produtivos e sistemas de utilidades, linhas de processo industrial e áreas de controle de qualidade. Por estarem continuamente sujeitas a esforços mecânicos repetitivos, uso frequente em ambientes industriais e exposição a condições adversas como umidade, variações de temperatura e agentes químicos, sofrem desgaste natural de pontas, encaixes, superfícies de contato e revestimentos de proteção.

No caso específico das ferramentas isoladas, a integridade do isolamento elétrico constitui fator crítico de segurança, sendo necessária sua substituição sempre que houver desgaste, fissuras ou perda das características dielétricas. Já as chaves Allen e demais ferramentas mecânicas sofrem depreciação decorrente do uso contínuo, podendo ocasionar escorregamentos, danos a parafusos e perda de precisão nos ajustes, comprometendo a qualidade das intervenções técnicas.

A reposição periódica dessas ferramentas atende aos Planos de Manutenção Preventiva, aos Procedimentos Operacionais Padrão (POPs), às Normas Regulamentadoras de Segurança do Trabalho, às boas práticas de manutenção industrial e às exigências de auditorias internas e externas. O uso de ferramentas adequadas, certificadas e em bom estado de conservação garante a segurança dos profissionais de manutenção, a qualidade e confiabilidade das intervenções técnicas, a preservação da integridade dos equipamentos e instalações e a conformidade com as Boas Práticas de Fabricação (BPF) e normas de segurança aplicáveis.

A não disponibilização dessas ferramentas pode acarretar riscos à segurança dos profissionais, comprometimento da qualidade das intervenções técnicas, atrasos na execução das manutenções programadas, utilização de ferramentas inadequadas ou improvisadas, ocorrência de não conformidades em auditorias de segurança e inspeções sanitárias e impactos na disponibilidade e confiabilidade dos processos produtivos.

Os itens serão utilizados no Parque Fabril de Bio-Manguinhos/Fiocruz – Campus Manguinhos/RJ, abrangendo painéis elétricos e quadros de comando, equipamentos produtivos e de utilidades, linhas de processo industrial, casas de máquinas, áreas técnicas e áreas produtivas classificadas Grau “B” e “C”.

A contratação tem como objetivo garantir a disponibilidade contínua de ferramentas manuais adequadas, assegurando a execução segura e eficiente das atividades de manutenção, o atendimento tempestivo às Ordens de Manutenção Preventiva e Corretiva, a conformidade com as Boas Práticas de Fabricação, a mitigação de riscos elétricos, mecânicos e operacionais e a continuidade das atividades produtivas, laboratoriais e prediais da Unidade.

As ferramentas manuais de manutenção constituem itens estratégicos de suporte à infraestrutura industrial, pois são fundamentais para viabilizar intervenções técnicas nos equipamentos que sustentam a produção de imunobiológicos, biofármacos e reagentes para diagnóstico. Sua indisponibilidade ou inadequação impacta diretamente a segurança operacional das equipes, a confiabilidade das manutenções, a estabilidade dos processos industriais e o cumprimento das entregas pactuadas com o Ministério da Saúde.

A estimativa de quantitativos considera o histórico de consumo e desgaste das ferramentas, a frequência das manutenções elétricas e mecânicas, a quantidade de equipamentos e sistemas instalados, o regime contínuo de operação industrial, a necessidade de reposição por depreciação e perda de eficiência, a manutenção de estoque mínimo para atendimento emergencial e as demandas previstas para o exercício correspondente.

### **3. Descrição dos Requisitos da Contratação**

A Contratada deverá cumprir todas as obrigações constantes no contrato e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus, os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.

Manter atualizado o Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF), assim como, todos os níveis de credenciamento durante a vigência contratual.

Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade.

Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado, o objeto com avarias ou defeitos;

Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

4. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
DESMA	CAROLINE MENDONCA HORATO
DIAFE; SEBLQ	ANTONIO LUCIO VENTURA DA SILVA
DIAPR-BT	REGINA SANTOS DE AZEVEDO ALVES
DIEBI	ESTHER VINHAIS GUTIERREZ
DIMOA	MICHAEL PAISANTE DE OLIVEIRA
LABPE	MARIA DO CARMO MEDEIROS GONCALVES
SECAL	WALTER ALEXANDRE DOS SANTOS JUNIOR
SECIPI	VICTOR LIMA DOS SANTOS
SEELT; SEMAC	LEONARDO PEREIRA DO NASCIMENTO
SELET; SEMAP; SEMRE	WAGNER ALVES DA SILVA
SELIV	ADRIANA ERLER VACCARI
SEPMA-VIR	JULIO CESAR RODRIGUES COELHO
SEPVI	RENATO BECHO MOURA
SETER	RAFAEL ALEXANDRINO DOS SANTOS MACEDO

5. Levantamento de Mercado

O presente levantamento teve como objetivo verificar e demonstrar que a solução proposta, aquisição de Ferramentas, representa, de forma inequívoca, a alternativa mais adequada e vantajosa para a Administração Pública, superando outras possibilidades analisadas para suprir a necessidade identificada. A análise realizada comprovou a pertinência da escolha e evidenciou a racionalidade administrativa que fundamenta a decisão.

A opção pela aquisição em questão não se limita ao atendimento de uma demanda pontual, mas está definitivamente alinhada aos princípios que regem a Administração Pública, em especial os da eficiência, economicidade e continuidade do serviço público. Tais fundamentos consolidam a legitimidade do processo e demonstram, com segurança, que a decisão adotada garante o melhor interesse coletivo, preservando a qualidade dos serviços prestados e assegurando a correta aplicação dos recursos públicos.

6. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

- 1. Método da estimativa da demanda.

As quantidades estabelecidas para a pretensa Aquisição e Fornecimento foram determinadas por meio de metodologias de cálculo que se fundamentam no histórico e na previsão de consumo informada pelos usuários.

A solução definida para atender à demanda foi elaborada considerando as seguintes atividades:

- a. *Etapas da gestão de estoque e validade dos materiais de consumo;*
- b. *Árvore de Materiais - Lista detalhada dos materiais e suas respectivas quantidades que compõem um produto ou atividade (quando couber);*
- c. *Análise do histórico de consumo dos itens nos últimos 24 meses, 12 meses e nos últimos 3 meses;*
- d. *Consideração do Contrato de fornecimento de produtos, firmado entre Bio-Manguinhos e Ministério da Saúde para o ano seguinte;*
- e. *Avaliação do Saldo em Aquisições de processos vigentes.*

Dessa forma, a estimativa das quantidades a serem contratadas foi embasada em uma análise criteriosa dos dados disponíveis, visando garantir a eficiência e adequação do fornecimento às necessidades da CONTRATANTE.

2. Estimativa da quantidade a ser contratada:

Pedido	Item	Descrição	Unid	Qtd
221383	7029	EXTENSÃO;TERMOPLÁSTICO;PRETA,20 M;POTÊNCIA110/220V	UN	4
221837	8187	FITA,REFLETIVA;FRT-20,MINIPA	UN	4
221826	11205	MALETA FERRAMENTAS;45X33X15,2CM; MF 931,VONDER	UN	2
221827	11205	MALETA FERRAMENTAS;45X33X15,2CM; MF 931,VONDER	UN	5
221820	11608	CHAVE FENDA E PHILLIPS;HASTE AÇO CROMO-VANAD;232102B,BELZER	JG	8
221824	11608	CHAVE FENDA E PHILLIPS;HASTE AÇO CROMO-VANAD;232102B,BELZER	JG	1
221823	11608	CHAVE FENDA E PHILLIPS;HASTE AÇO CROMO-VANAD;232102B,BELZER	JG	4
221825	11612	ALICATE CORTE DIAGONAL;AÇO CROMO-VANAD;6";219.024, BELZER	UN	2
222579	14365	CONJUNTO P/ SOLDA;35432,WHITE MARTINS;APL LIOFILIZADORES	CJ	1
221829	19304	ALICATE RECRAVADOR MANUAL; 20MM; AI; RESIST AUTOCLAVE	UN	2
220234	21643	FERRO SOLDA;40W;COMPLETO;PONTA SOLDA NCT401	UN	3
223195	22065	FONTE BC430;17,8V;840MA,FLUKE;APL ANALISADOR	UN	1
221721	22720	MEDIDOR TEMPERATURA;PORTATIL; 62MAX,FLUKE	UN	6
220232	25157	CHAVE,ALLEN(JG);AC;VANADIO;HEX;L; ABAULADA;220990SBR,BELZER	UN	2
220734	25157	CHAVE,ALLEN(JG);AC;VANADIO;HEX;L; ABAULADA;220990SBR,BELZER	UN	1
221830	29002	TENSOR;MANUAL;ABRACADEIRA PLASTICA;AJUSTAVEL	UN	1
221821	41583	SUGADOR,SOLDA;Ø20MM; COMPRIMENTO 170MM;FURO Ø3MM; PTFE	UN	3

221832	43746	NIVEL,ALUMINIO;3 BOLHAS	UN	2
221828	43746	NIVEL,ALUMINIO;3 BOLHAS	UN	8
221821	43933	CHAVE,COMBINADA(JG);CURTA; CATRACA; 8X19MM	JG	1
220067	46392	VALVULA,CORTA;CHAMA;40123794, SOLDOX;APL MACARICO	UN	1
220067	46393	VALVULA,CORTA;CHAMA;40123796, SOLDOX;APL MACARICO	UN	1
223404	49933	CHAVE,ALLEN(JG);AC;VANADIO;HEX;L;7 /6.4"-3/8"	UN	3
221721	52273	TERMOMETRO;FLUKE;-50 a 160°C;1551A- 9-DL,FLUKE	UN	3
221427	54160	ESTILETE SEGURANÇA;LAMINA RETRATIL	UN	500
222874	56069	FIXADOR,AUTOADESIVO;INCOLOR; POLIAMIDA;LKCS/A,HELLERMANN	UN	420
222875	56069	FIXADOR,AUTOADESIVO;INCOLOR; POLIAMIDA;LKCS/A,HELLERMANN	UN	513
221316	59517	TRENA,AUTOADESIVA;3M;ACO;FAL3M; LUFKIN	UN	5
222898	60365	INTERMEDIARIA,INTERNA;P/BOMBA, PRATIKA;AP-3,DANCOR	UN	3
222988	63616	CORREDICA,SIMPLES;ROLDANAS;ACO, LAMINADO;400MM;3/4;15KG	UN	7
223063	63616	CORREDICA,SIMPLES;ROLDANAS;ACO, LAMINADO;400MM;3/4;15KG	UN	10

Contratações semelhantes realizadas nos anos citados na tabela abaixo, mostram o consumo por exercício. Diante do aumento da demanda identificado pelos programas do Ministério da Saúde e da produção de vacinas, kits de diagnóstico e biofármacos, a estimativa de quantidades de materiais de consumo reflete esse crescimento. Com base nos dados históricos das aquisições anteriores, observamos um incremento significativo na necessidade de insumos devido ao aumento da capacidade de produção da unidade Bio-Manguinhos/Fiocruz e ao crescimento da demanda do Sistema Único de Saúde (SUS). O material é necessário para garantir a continuidade das operações e o cumprimento das metas estabelecidas. Assim, a projeção para o período contempla um aumento dos quantitativos, a fim de atender plenamente as novas exigências operacionais e os programas de saúde pública.

Código	Material / Serviço	Unid	pom2022	pom2023	pom2024	pom2025	pom2026
54160	ESTILETE SEGURANÇA;LAMINA RETRATIL	UN	50	0	0	0	500
22720	MEDIDOR TEMPERATURA; PORTATIL;62MAX,FLUKE	UN	10	20	0	2	6
11608	CHAVE FENDA E PHILLIPS;HASTE AÇO CROMO-VANAD;232102B, BELZER	JG	23	38	0	7	13
11205	MALETA FERRAMENTAS;45X33X15, 2CM;MF 931,VONDER	UN	12	24	1	0	7
43746	NIVEL,ALUMINIO;3 BOLHAS	UN	0	0	8	0	10
56069	FIXADOR,AUTOADESIVO;INCOLOR; POLIAMIDA;LKCS/A,HELLERMANN	UN	0	300	0	0	933

Contratações semelhantes realizadas nos anos citados na tabela abaixo, mostram o consumo por exercício. Analisando a necessidade de contratação do último ciclo, decorrente de ajustes nos programas de saúde pública e estabilização epidemiológica, a estimativa de aquisição de materiais de consumo será reduzida proporcionalmente. Analisando os dados históricos de consumo e as projeções revisadas do Ministério da Saúde, prevemos uma diminuição, conforme tabela abaixo, na quantidade de materiais em comparação aos períodos anteriores. Essa



redução visa ajustar os estoques e evitar desperdícios, mantendo a eficiência no uso dos recursos sem comprometer a capacidade produtiva e a qualidade dos serviços prestados por Bio-Manguinhos/Fiocruz ao SUS.

Código	Material / Serviço	Unid	pom2022	pom2023	pom2024	pom2025	pom2026
25157	CHAVE,ALLEN(JG);AC;VANADIO; HEX;L;ABAUULADA;220990SBR, BELZER	UN	1	13	0	0	3
59517	TRENA,AUTOADESIVA;3M;ACO; FAL3M;LUFKIN	UN	0	0	15	0	5
52273	TERMOMETRO;FLUKE;-50 a 160°C; 1551A-9-DL,FLUKE	UN	3	0	4	0	3
41583	SUGADOR,SOLDA;Ø20MM; COMPRIMENTO 170MM;FURO Ø3MM;PTFE	UN	0	2	0	18	3
43933	CHAVE,COMBINADA(JG);CURTA; CATRACA; 8X19MM	JG	0	0	0	4	1

Contratações semelhantes realizadas nos anos citados na tabela abaixo, mostram o consumo por exercício. Com base nos dados históricos de consumo e no planejamento estratégico de Bio-Manguinhos/Fiocruz, a demanda por insumos para a produção de vacinas, kits de diagnóstico e biofármacos tem se mantido estável nos últimos anos. Dessa forma, a estimativa de quantidades a serem contratadas para este ciclo segue o padrão médio observado anteriormente, sem variações significativas. O planejamento para a aquisição de materiais de consumo considera as demandas dos programas do Ministério da Saúde e as necessidades operacionais da unidade, de modo a garantir a continuidade da produção e o atendimento integral ao SUS, mantendo a estimativa de compra alinhada aos volumes previamente adquiridos.

Código	Material / Serviço	Unid	pom2022	pom2023	pom2024	pom2025	pom2026
7029	EXTENSÃO;TERMOPLÁSTICO; PRETA,20 M;POTÊNCIA110/220V	UN	5	6	6	4	4
19304	ALICATE RECRAVADOR MANUAL; 20MM; AI; RESIST AUTOCLAVE	UN	3	0	2	0	2
8187	FITA,REFLETIVA;FRT-20,MINIPA	UN	12	80	0	4	4
14365	CONJUNTO P/ SOLDA;35432, WHITE MARTINS;APL LIOFILIZADORES	CJ	0	0	1	0	1

Como se trata de um item recentemente cadastrado, sem histórico de aquisições anteriores, a estimativa das quantidades será baseada em projeções técnicas e nos parâmetros estabelecidos pela demanda do Ministério da Saúde. A definição das quantidades levou em consideração as previsões de utilização no processo produtivo de Bio-Manguinhos/Fiocruz, alinhadas ao plano de expansão industrial e às necessidades do SUS. A projeção inicial foi elaborada com base em estudos de demanda, levando em conta a capacidade produtiva da unidade, o cronograma de implementação de novos produtos e o impacto esperado desse item na cadeia de produção.

Código	Material / Serviço	Unid	pom2022	pom2023	pom2024	pom2025	pom2026
46392	VALVULA,CORTA;CHAMA;40123794, SOLDOX;APL MACARICO	UN	0	0	0	0	1
46393	VALVULA,CORTA;CHAMA;40123796, SOLDOX;APL MACARICO	UN	0	0	0	0	1
21643	FERRO SOLDA;40W;COMPLETO; PONTA SOLDA NCT401	UN	0	0	0	0	3
11612	ALICATE CORTE DIAGONAL;AÇO CROMO-VANAD;6;219.024, BELZER	UN	0	0	0	0	2
29002	SENSOR;MANUAL;ABRACADEIRA PLASTICA;AJUSTAVEL	UN	21	0	0	0	1
60365	INTERMEDIARIA,INTERNA;P /BOMBA,PRATIKA;AP-3,DANCOR	UN	0	0	0	0	3

63616	CORREDICA,SIMPLES;ROLDANAS; ACO,LAMINADO;400MM;3/4;15KG	UN	0	0	0	0	17
22065	FONTE BC430;17,8V;840MA,FLUKE; APL ANALISADOR	UN	0	0	0	0	1
49933	CHAVE,ALLEN(JG);AC;VANADIO; HEX;L;7/6.4-3/8	UN	0	0	0	6	3

## 7. Descrição da solução como um todo

Nesta seção, descreve-se a solução técnica proposta para atender à necessidade administrativa, incluindo as características essenciais e os requisitos preliminares. A solução especificada visa manter em operação todo o parque fabril do Instituto de Tecnologia em Imunobiológicos Bio-Manguinhos, bem como seus projetos e laboratórios onde são realizadas análises físico-químicas e estudos. Esse modelo, já em uso, otimiza o processo, reduzindo desperdícios de tempo e de informações, o que facilita a gestão contratual e o gerenciamento de riscos, além de simplificar procedimentos administrativos e reduzir custos financeiros.

A fundamentação legal específica para a aquisição será devidamente detalhada no Termo de Referência (TR), em conformidade com a Lei nº 14.133/2021 e demais normativas aplicáveis. No TR, serão definidos os dispositivos legais que sustentam a contratação, contemplando os critérios de economicidade, eficiência e sustentabilidade. A justificativa para cada etapa será embasada nos princípios da Administração Pública e na aderência às normas vigentes, garantindo clareza, transparência e segurança jurídica ao processo, de modo a assegurar a solução mais vantajosa para o interesse público.

## 8. Estimativa do Valor da Contratação

**Valor (R\$):** SIGILOSO

O valor dessa contratação está estimado em R\$ SIGILOSO

Informamos que o valor disposto no item 8 deste ETP, reflete os valores apurados na pesquisa de mercado realizada para fins de estimativas de valores e planejamento orçamentário da contratação, possibilitando a avaliação da viabilidade econômica, portanto, não se confunde com a pesquisa a ser realizada para aferição da conformidade / aceitação da proposta, que será realizada de acordo com a Instrução Normativa Seges/ME 65/2021 junto ao mercado fornecedor para obtenção do preço de referência.

## 9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Em atendimento ao art. 40, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, a opção pelo parcelamento do objeto mostra-se tecnicamente adequada, considerando a natureza dos itens a serem adquiridos, a diversidade de fornecedores existentes no mercado e a necessidade de ampliar a competitividade. A contratação parcelada, por item ou por agrupamentos tecnicamente homogêneos, possibilita a participação de fornecedores especializados, favorece a inclusão de micro e pequenas empresas, evita a concentração de mercado e contribui para a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração.

Adicionalmente, o parcelamento permite maior flexibilidade na execução da contratação, com melhor adequação às necessidades reais de consumo, ao planejamento das entregas e à capacidade de armazenamento da Administração. Essa estratégia também contribui para a mitigação de riscos logísticos, operacionais e de desabastecimento, bem como para o aprimoramento do controle contratual e do acompanhamento da execução, assegurando maior eficiência, economicidade e atendimento ao interesse público.

## 10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Trata-se de aquisição dos itens comuns para atendimento a Bio-Manguinhos. Suas necessidades são planejadas anualmente para atendimento às mais diversas áreas e setores. Dessa forma, os pedidos inseridos em sistema interno são liberados de acordo com sua prioridade de compra. As contratações são consolidadas por guardar relação com o objeto principal. Não havendo vinculação ou dependência com o objeto de outro documento de formalização de demanda.

## 11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

Os itens desta contratação foram devidamente previstos no Plano de Gestão de Contratações (PGC) das respectivas unidades, tendo sido lançados em 2025, com a previsão de execução no exercício de 2026, em conformidade com o Decreto nº 10.947/2022.

A demanda apresentada neste documento está contemplada no Plano de Contratações Anual (PCA) para o ano de 2026, alinhada com o Plano Diretor de Logística Sustentável da Fiocruz, e foi registrada no Sistema de Planejamento e Gerenciamento de Contratações (PGC), dentro dos prazos e requisitos estabelecidos pela legislação vigente.

I) ID pca PNCP: 33781055000135-0-000007/2026

II) Data de publicação no PNCP: 30/04/2025

Código	Classe	Desc da Classe	Identificador da Futura Contratação	Id do item no PCA
46392	9999	ITENS DIVERSOS	254445-27/2026	1
46393	5120	FERRAMENTAS MANUAIS SEM CORTE, NÃO ACIONADAS POR FORÇA MOTRIZ	254445-23/2026	239
25157	3439	SUPRIMENTOS E ACESSÓRIOS PARA SOLDAS DIVERSAS, FRACAS E FORTES	254445-23/2026	369
21643	5210	INSTRUMENTOS DE MEDIÇÃO PARA ARTÍFICES	254445-23/2026	242
59517	6150	EQUIPAMENTOS DIVERSOS PARA GERAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA	254445-23/2026	316
7029	7520	ACESSÓRIOS E DISPOSITIVOS PARA ESCRITÓRIO	254445-23/2026	223
54160	4110	EQUIPAMENTO PARA REFRIGERAÇÃO	254445-23/2026	306
22720	5110	FERRAMENTAS MANUAIS DE CORTE, NÃO ACIONADAS POR FORÇA MOTRIZ	254445-23/2026	289
52273	5140	CAIXAS PARA FERRAMENTAS E FERRAGENS	254445-23/2026	279
11608	3590	EQUIPAMENTOS DIVERSOS PARA SERVIÇOS PROFISSIONAIS E COMERCIAIS	254445-23/2026	340
41583	2590	COMPONENTES DIVERSOS PARA VEÍCULOS	254445-23/2026	243

43933	6770	FILMES REVELADOS	254445-23/2026	380
11612	5975	FERRAGENS E SUPRIMENTOS DE ELETRICIDADE	254445-23/2026	333
11205	7290	UTENSÍLIOS COMERCIAIS E DOMÉSTICOS DIVERSOS	254445-23/2026	373

## 12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

O investimento contínuo na instituição com enfoque na importância de uma equipe com colaboradores atuantes e eficientes é uma marca do Instituto. Os resultados esperados com esta aquisição é a manutenção da capacidade produtiva, técnica e de inovação. Materiais e práticas que promovem o bem-estar ajudam na eficiência e na produtividade dos colaboradores, permitindo que eles trabalhem de forma mais confortável e focada. Manter o parque industrial operacional durante todo o ano, evitando parada na rotina dos laboratórios e o atraso na liberação de lotes de produtos, dada a provável redução do absenteísmo, uma vez que colaboradores mais saudáveis tendem a ter menos problemas de saúde e, conseqüentemente, menos ausências.

## 13. Possíveis Impactos Ambientais

O Plano de Logística Sustentável da Fiocruz (PLS) contém diversas medidas mitigadoras e ações voltadas para o baixo consumo de energia e outros recursos, bem como a logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos. Abaixo estão algumas das principais ações incluídas no PLS:

Redução do Consumo de Energia:

- Promoção de Campanhas de Uso Racional de Energia Elétrica: Inclui a distribuição de informes físicos e digitais, adesivos sobre como reduzir o consumo de energia elétrica, e a realização de seminários.
- Retrofit nas Demandas de Adequações: Execução de estudos de viabilidade e serviços de retrofit para melhorar a eficiência energética das instalações.
- Substituição de Equipamentos: Troca de equipamentos antigos por novos com selo Procel e substituição de lâmpadas por LED.
- Instalação de Sensores e Temporizadores: Implementação de sensores de presença e temporizadores para otimizar o uso de energia.

Gestão de Resíduos e Logística Reversa:

- Resíduos de Óleo Vegetal: Coleta quinzenal e reciclagem de óleo vegetal usado nos restaurantes dos campi.
- Pilhas e Baterias: Logística reversa em parceria com a ABINEE, coletando e destinando cerca de 8.880,3 kg de pilhas e baterias para reciclagem.
- Cartuchos, Tonners e Latas de Tinta: Destinação para coprocessamento, transformando-os em combustível para a indústria cimenteira.
- Resíduos Eletroeletrônicos: Remanufatura e reciclagem de equipamentos eletroeletrônicos por meio de cooperativas credenciadas.
- Coleta Seletiva de Papel/Papelão, Plástico e Vidro: Programa de coleta seletiva solidária que destinou, entre 2018 e 2020, aproximadamente 622,5 toneladas de papel/papelão, 130,5 toneladas de plástico, e 20,6 toneladas de vidro para reciclagem.

Essas ações fazem parte de um esforço contínuo da Fiocruz para reduzir impactos ambientais, promover a sustentabilidade e garantir o manejo adequado dos recursos e resíduos.

A Fiocruz, ciente do seu papel enquanto instituição de pesquisa, ensino e produção em saúde pública, adota práticas de mitigação e controle dos impactos ambientais decorrentes de suas atividades. Exemplo disso é seu programa de gerenciamento de resíduos, procedimentos de biossegurança, programa de tratamento de efluentes, que conta com uma Estação de Tratamento de Esgoto própria, e programa de descarte de resíduos químicos e nucleares, entre

outros. Essas práticas garantem o controle dos impactos ambientais inerentes aos processos da Fiocruz, resultando em uma condução diligente e consciente dos aspectos ambientais relativos ao cuidado com a saúde pública.

Em consulta ao Guia Nacional de Contratações Sustentáveis (4ª edição, agosto de 2021), verificamos que a licitação /contratação sustentável é um instrumento significativo para que a Administração Pública exija que as empresas cumpram requisitos de sustentabilidade socioambiental, desde a produção até a distribuição de bens, prestação de serviços e realização de obras de engenharia.

Conforme a Instrução Normativa Nº 01/2010-SLTI/MPOG, os órgãos da Administração Pública podem exigir critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens. No presente processo, aplicam-se os requisitos desta Instrução Normativa. Deverão ser observados os critérios de sustentabilidade ambiental previstos, especificamente os definidos no artigo 5º da IN mencionada, que incluem:

*I – Que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2;*

*II – Que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;*

*III – Que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, utilizando materiais recicláveis, para garantir a máxima proteção durante o transporte e armazenamento; e*

*IV – Que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenilpolibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).*

Por se tratar de responsabilidade corporativa da empresa fornecedora, deve-se incluir no rol de declarações que sua política de governança contempla compromissos de sustentabilidade ambiental, com ações nas áreas de redução da geração de resíduos sólidos, emissões de gases de efeito estufa, consumo de água, consumo de energia, e apoio à diversidade étnica, cultural e de gênero.

## 14. Providências a serem Adotadas

Não há providências necessárias para adequação do local de execução das aquisições, visto que, o consumo do objeto a ser adquirido já contempla o espaço necessário para o Uso, Ambiente de Produção e Laboratórios do referido Instituto.

## 15. Local E Data

Rio de Janeiro, 23 de fevereiro de 2026.

## 16. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

### 16.1. Justificativa da Viabilidade

Considerando as análises ora empreendidas no presente Estudo Técnico Preliminar e demais informações, considero viável, tanto nos aspectos técnicos quanto nos aspectos econômicos, a realização da aquisição pretendida a fim de atender as demandas de Bio-Manguinhos. Diante de todas as informações colhidas nas etapas de elaboração do ETP, **com base nas informações fornecidas pelos respectivos usuários e detalhadas nas justificativas anexas**, caberá à autoridade competente decidir pela viabilidade da contratação, bem como o seu alinhamento com a necessidade apontada pela unidade demandante e o planejamento estratégico da organização.

## 17. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**WALTER ALEXANDRE DOS SANTOS JUNIOR**

Equipe de Planejamento

**RAFAEL ALEXANDRINO DOS SANTOS MACEDO**

Equipe de Planejamento

**MICHAEL PAISANTE DE OLIVEIRA**

Equipe de Planejamento e Equipe de Fiscalização

**JULIO CESAR RODRIGUES COELHO**

Equipe de Planejamento

**ANTONIO LUCIO VENTURA DA SILVA**

Equipe de Planejamento

**MARIA DO CARMO MEDEIROS GONCALVES**

Equipe de Planejamento

**LEONARDO PEREIRA DO NASCIMENTO**

Equipe de Planejamento

**VICTOR LIMA DOS SANTOS**

Equipe de Planejamento

**WAGNER ALVES DA SILVA**

Equipe de Planejamento

**ESTHER VINHAIS GUTIERREZ**

Equipe de Planejamento

**REGINA SANTOS DE AZEVEDO ALVES**

Equipe de Planejamento

**ADRIANA ERLER VACCARI**

Equipe de Planejamento

**RENATO BECHO MOURA**

Equipe de Planejamento

**CAROLINE MENDONCA HORATO**

Equipe de Planejamento

**CRISTINA AZEVEDO ZANIRATI**

Equipe de Fiscalização



## INSTITUTO DE TECNOLOGIA EM IMUNOBIOLOGICOS

**Estudo Técnico Preliminar 260/2026****1. Informações Básicas**

Número do processo: 25386.000308/2026-46

**2. Descrição da necessidade**

Este Estudo Técnico Preliminar (ETP) tem como objetivo identificar e analisar cenários para atender à demanda descrita no Documento de Formalização da Demanda, além de demonstrar a viabilidade técnica e econômica das soluções propostas. O ETP subsidia o processo de contratação, conforme estabelece o artigo 18, inciso II, da Lei 14.133/2021, e está em conformidade com o artigo 6º da Instrução Normativa SGD-ME nº 58/2022, fornecendo as informações necessárias para garantir a eficiência, vantajosidade e sustentabilidade da contratação pública.

O Instituto de Tecnologia em Imunobiológicos/Bio-Manguinhos, unidade da Fundação Oswaldo Cruz/Fiocruz, é responsável pela pesquisa, desenvolvimento, produção e fornecimento de vacinas, kits para diagnóstico e biofármacos ao Sistema Único de Saúde (SUS) e a outros órgãos públicos. Sua missão é garantir o acesso a produtos essenciais para a saúde pública, contribuir para a autonomia tecnológica do Brasil e promover inovação no setor de biotecnologia. Bio-Manguinhos desempenha um papel estratégico na proteção e prevenção de doenças por meio da oferta de soluções biotecnológicas.

A instituição tem investido na ampliação de seu parque industrial, na produção de vacinas, biofármacos e reativos para diagnóstico, além de desenvolver novas tecnologias e produtos de alto valor agregado. Essa estratégia visa à prevenção, diagnóstico e tratamento de doenças que impactam a saúde pública do país. As diretrizes de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação são definidas com base em critérios como a situação epidemiológica do Brasil, a demanda dos diferentes programas do Ministério da Saúde, o avanço tecnológico do projeto e sua viabilidade econômica, bem como a capacidade científica e tecnológica, além do financiamento e gerenciamento.

Para atender plenamente à demanda do Ministério da Saúde por imunobiológicos, Bio-Manguinhos elaborou um planejamento para a aquisição de materiais de consumo, os quais estão incluídos no Planejamento Anual Orçamentário e associados às iniciativas estratégicas da unidade. Essa aquisição é fundamental para garantir a continuidade da produção de vacinas, kits de diagnóstico e biofármacos, permitindo à instituição cumprir sua missão de proteger a saúde pública e promover a prevenção, diagnóstico e tratamento de doenças de grande impacto no Brasil. Além disso, o investimento em materiais assegura o desenvolvimento de novas tecnologias e aumenta a capacidade de resposta do país diante de desafios epidemiológicos.

A contratação de serviços e produtos no âmbito da saúde pública, como os oferecidos pelo Instituto de Tecnologia em Imunobiológicos/Bio-Manguinhos, é de extrema importância para garantir o acesso da população a vacinas, kits de diagnóstico e biofármacos. Essa essencialidade está diretamente ligada à missão da instituição de proteger a saúde pública, promovendo a prevenção, diagnóstico e tratamento de doenças que afetam a qualidade de vida da população brasileira.

De acordo com o previsto no art. 3º do Decreto nº 8.540, de 9 de outubro de 2015, o interesse público está intrinsecamente relacionado à necessidade de garantir a disponibilização contínua de produtos essenciais à saúde. A produção e o fornecimento de imunobiológicos não respondem apenas a uma demanda imediata, mas também ao imperativo de inovação e autonomia tecnológica do Brasil no setor de biotecnologia. Essa estratégia é vital para enfrentar os desafios epidemiológicos e assegurar que a população tenha acesso a tratamentos eficazes e preventivos.

Dessa forma, a contratação com Bio-Manguinhos fortalece a capacidade do Sistema Único de Saúde (SUS) em atender às necessidades da população, contribuindo para a implementação de políticas públicas de saúde que buscam aumentar a cobertura vacinal e a eficácia no diagnóstico e tratamento de doenças. Assim, a essência dessa contratação reside em garantir não apenas a continuidade da produção de itens essenciais, mas também em promover a saúde e o bem-estar da sociedade como um todo.

#### **Pedidos de compras nº 223017, 223018, 221352, 221351, 223063, 223040**

Atuando diretamente nas atividades de Saúde Pública do país, o Instituto de Tecnologia em Imunobiológicos – Bio-Manguinhos/Fiocruz deve cumprir rigorosamente os regulamentos sanitários e utilizar Procedimentos Operacionais Padrão (POPs) que assegurem a integridade, a rastreabilidade e a confiabilidade dos processos de produção, desenvolvimento tecnológico e controle de qualidade, em conformidade com as normas estabelecidas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA).

Nesse contexto, o adequado funcionamento dos sistemas de utilidades e infraestrutura industrial é essencial para garantir as condições operacionais das áreas produtivas e laboratoriais. Entre esses sistemas, destacam-se as redes de tubulações de água gelada, climatização, refrigeração e demais utilidades, que requerem materiais de isolamento térmico apropriados para assegurar eficiência energética, controle de condensação e proteção das tubulações.

Os materiais solicitados — tubos e mantas de isolamento elastomérico e isolante esponjoso blindado — são utilizados para revestimento e proteção de tubulações e componentes de sistemas de utilidades, desempenhando funções essenciais como:

- isolamento térmico de tubulações e equipamentos, reduzindo perdas de energia e mantendo a estabilidade térmica dos sistemas;
- prevenção da formação de condensação e gotejamento em linhas de água gelada e climatização, evitando acúmulo de umidade em áreas produtivas;
- proteção das tubulações contra corrosão, impactos mecânicos e degradação decorrente de variações térmicas;
- manutenção das condições ambientais adequadas em áreas classificadas, contribuindo para o atendimento às Boas Práticas de Fabricação (BPF).

Devido às condições de operação contínua dos sistemas industriais, bem como às variações de temperatura e umidade presentes no ambiente fabril, os materiais de isolamento estão sujeitos a desgaste natural ao longo do tempo, exigindo substituições periódicas previstas nos planos de manutenção preventiva e corretiva da unidade.

Dessa forma, a aquisição desses materiais é necessária para garantir a integridade e a eficiência dos sistemas de utilidades, preservar a vida útil das tubulações e equipamentos, evitar riscos operacionais e assegurar a continuidade das atividades produtivas e de suporte tecnológico desenvolvidas por Bio-Manguinhos. A indisponibilidade desses insumos pode ocasionar perda de eficiência energética, formação de condensação, danos estruturais às tubulações e potenciais não conformidades em auditorias técnicas e regulatórias.

### **3. Descrição dos Requisitos da Contratação**

A Contratada deverá cumprir todas as obrigações constantes no contrato e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus, os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.

Manter atualizado o Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF), assim como, todos os níveis de credenciamento durante a vigência contratual.

Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade.

Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado, o objeto com avarias ou defeitos;

Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

4. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
SEMRE	Wagner Alves da Silva
LABPE	MARIA DO CARMO MEDEIROS GONCALVES

5. Levantamento de Mercado

O presente levantamento teve como objetivo verificar e demonstrar que a solução proposta, aquisição de Material para Manutenção, representa, de forma inequívoca, a alternativa mais adequada e vantajosa para a Administração Pública, superando outras possibilidades analisadas para suprir a necessidade identificada. A análise realizada comprovou a pertinência da escolha e evidenciou a racionalidade administrativa que fundamenta a decisão.

A opção pela aquisição em questão não se limita ao atendimento de uma demanda pontual, mas está definitivamente alinhada aos princípios que regem a Administração Pública, em especial os da eficiência, economicidade e continuidade do serviço público. Tais fundamentos consolidam a legitimidade do processo e demonstram, com segurança, que a decisão adotada garante o melhor interesse coletivo, preservando a qualidade dos serviços prestados e assegurando a correta aplicação dos recursos públicos.

6. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

1. Método da estimativa da demanda.

As quantidades estabelecidas para a pretensa Aquisição e Fornecimento foram determinadas por meio de metodologias de cálculo que se fundamentam no histórico e na previsão de consumo informada pelos usuários.

A solução definida para atender à demanda foi elaborada considerando as seguintes atividades:

- a. *Etapas da gestão de estoque e validade dos materiais de consumo;*
- b. *Árvore de Materiais - Lista detalhada dos materiais e suas respectivas quantidades que compõem um produto ou atividade (quando couber);*
- c. *Análise do histórico de consumo dos itens nos últimos 24 meses, 12 meses e nos últimos 3 meses;*
- d. *Consideração do Contrato de fornecimento de produtos, firmado entre Bio-Manguinhos e Ministério da Saúde para o ano seguinte;*
- e. *Avaliação do Saldo em Aquisições de processos vigentes.*

Dessa forma, a estimativa das quantidades a serem contratadas foi embasada em uma análise criteriosa dos dados disponíveis, visando garantir a eficiência e adequação do fornecimento às necessidades da CONTRATANTE.

2. Estimativa da quantidade a ser contratada:

--	--	--	--	--

Pedido	Item	Descrição	Unid	Qtd
223017	5009	TUBO,ISOLAMENTO;ELASTOMERICO;Ø 22MM;25MMX22MM;-45°C/105°C	M	9
223017	5010	TUBO,ISOLAMENTO;ELASTOMERICO; Ø76MM;25X76MM;-45/105°C;TB 3"	M	152
223017	5011	TUBO,ISOLAMENTO;ELASTOMERICO; Ø76MM;32X76MM;-45/105°C;TB 3"	M	3
223017	5012	TUBO ISOLAMENTO ELASTOMÉRICO; Ø10MM;19X10MM;-45/105°C;TB 3/8"	M	3
223017	5015	TUBO,ISOLAMENTO;ELASTOMERICO; Ø18MM;32X18MM;-45/105°C;TB 3/4	M	6
223017	5016	TUBO,ISOLAMENTO;ELASTOMERICO;Ø 25MM;19MMX25MM;-45°C/105°C	M	138
223017	5017	TUBO,ISOLAMENTO;ELASTOMERICO; Ø35MM;19X35MM;-45/105°C;1.3/8"	M	44
223017	5018	TUBO,ISOLAMENTO;ELASTOMERICO; Ø35MM;25X35MM;-45/105°C;1.3/8"	M	3
223017	5022	TUBO,ISOLAMENTO;ELASTOMERICO; Ø48MM;32X48MM;-45/105°C;1.7/8"	M	6
223017	5024	TUBO,ISOLAMENTO;ELASTOMERICO;Ø 89MM;19MMX89MM;-45°C/105°C	M	6
223017	25856	TUBO,ISOLANTE;PRT;ESPONJOSO; BLINDADO;3/4;2M	UN	15
223017	38522	TUBO,ISOLAMENTO;ELASTOMERICO; Ø60MM;25X60MM	M	103
223017	38524	TUBO,ISOLAMENTO;ELASTOMERICO; Ø60MM;19X60MM	M	12
223017	38527	TUBO,ISOLAMENTO;ELASTOMERICO; Ø35MM;13X35MM	M	453
223017	38528	TUBO,ISOLAMENTO;ELASTOMERICO; Ø18MM;19X18MM	M	6
223018	38530	MANTA,ELASTOMERICA;ISOLAMENTO; 25MM;8X1M	M	17
223018	38531	MANTA,ELASTOMERICA;ISOLAMENTO; 32MM;6X1M	M	167
221352	54689	TUBO,ISOLAMENTO;ELASTOMERICO; 25X13MM;APL TQP004	M	3
221351	54689	TUBO,ISOLAMENTO;ELASTOMERICO; 25X13MM;APL TQP004	M	15
223017	54691	TUBO,ISOLAMENTO;ELASTOMERICO; 60X13MM;APL TQP004	M	3
223063	59008	COLA,ADESIVA;ISOLAMENTO; ELASTOMERICO;900ML	LT	135
223018	59016	ISOLAMENTO;ELASTOMERICO;MANTA; 25MMX1MX8M	M2	6
223017	60701	TUBO,ISOLAMENTO;ELASTOMERICA; 28X19MM;2MT	M	40
223018	61565	ISOLAMENTO;ELASTOMERICO;MANTA; 32MMX1MX10M	RL	28
223017	62576	TUBO,ISOLAMENTO;ELASTOMERICO; PRETO;22X13MM	M	3
223017	63107	TUBO,ISOLANTE;ESPONJOSO; BLINDADO,BRANCO;1",BARRA,2M	UN	3
223040	63266	DUTO,FLEXIVEL;ALUM;314MM/12"; ISOLAMENTO;APL EXAUSTORES	M	3
		DUTO,FLEXIVEL;ALUM;364MM/14POL;		

223040	63267	ISOLAMENTO,APL EXAUSTOR	M	3
223040	63268	DUTO,FLEXIVEL;ALUM;200MM/8POL; ISOLAMENTO,APL EXAUSTOR	M	3
223040	63269	DUTO,FLEXIVEL;ALUM;263MM/10POL; ISOLAMENTO,APL EXAUSTOR	M	3
223017	64764	TUBO,LA DE ROCHA;KRAFT ALUMINIZADO;1/2POLX25X900MM,APL ISOLA	UN	3
223017	65557	TUBO,LA DE ROCHA;KRAFT ALUMINIZADO;3?X25X914MM,APL ISOLAMENT	UN	6
223017	65726	TUBO,ISOLAMENTO;ELASTOMERICO; 25MM;25X25MM	M	8
223017	65727	TUBO,ISOLAMENTO;ELASTOMERICO; 28MM;25X28MM	M	6

Contratações semelhantes realizadas nos anos citados na tabela abaixo, mostram o consumo por exercício. Diante do aumento da demanda identificado pelos programas do Ministério da Saúde e da produção de vacinas, kits de diagnóstico e biofármacos, a estimativa de quantidades de materiais de consumo reflete esse crescimento. Com base nos dados históricos das aquisições anteriores, observamos um incremento significativo na necessidade de insumos devido ao aumento da capacidade de produção da unidade Bio-Manguinhos/Fiocruz e ao crescimento da demanda do Sistema Único de Saúde (SUS). O material é necessário para garantir a continuidade das operações e o cumprimento das metas estabelecidas. Assim, a projeção para o período contempla um aumento dos quantitativos, a fim de atender plenamente as novas exigências operacionais e os programas de saúde pública.

Código	Material / Serviço	Unid	pom2023	pom2024	pom2025	pom2026
5016	TUBO,ISOLAMENTO; ELASTOMERICO;Ø 25MM; 19MMX25MM;-45°C/105°C	M	10	0	0	138
5017	TUBO,ISOLAMENTO; ELASTOMERICO;Ø35MM;19X35MM; -45/105°C;1.3/8	M	0	10	0	44
5010	TUBO,ISOLAMENTO; ELASTOMERICO;Ø76MM;25X76MM; -45/105°C;TB 3	M	17	0	0	152
38522	TUBO,ISOLAMENTO; ELASTOMERICO;Ø60MM;25X60MM	M	90	0	0	103

Contratações semelhantes realizadas nos anos citados na tabela abaixo, mostram o consumo por exercício. Analisando a necessidade de contratação do último ciclo, decorrente de ajustes nos programas de saúde pública e estabilização epidemiológica, a estimativa de aquisição de materiais de consumo será reduzida proporcionalmente. Analisando os dados históricos de consumo e as projeções revisadas do Ministério da Saúde, prevemos uma diminuição, conforme tabela abaixo, na quantidade de materiais em comparação aos períodos anteriores. Essa redução visa ajustar os estoques e evitar desperdícios, mantendo a eficiência no uso dos recursos sem comprometer a capacidade produtiva e a qualidade dos serviços prestados por Bio-Manguinhos/Fiocruz ao SUS.

Código	Material / Serviço	Unid	pom2023	pom2024	pom2025	pom2026
54689	TUBO,ISOLAMENTO; ELASTOMERICO;25X13MM;APL TQP004	M	0	24	0	18
5024	TUBO,ISOLAMENTO; ELASTOMERICO;Ø 89MM; 19MMX89MM;-45°C/105°C	M	17	0	0	6
54691	TUBO,ISOLAMENTO; ELASTOMERICO;60X13MM;APL TQP004	M	0	10	0	3

5012	TUBO ISOLAMENTO ELASTOMÉRICO;Ø10MM;19X10MM; -45/105°C;TB 3/8	M	0	10	0	3
5022	TUBO,ISOLAMENTO; ELASTOMERICO;Ø48MM;32X48MM; -45/105°C;1.7/8	M	10	8	0	6
5011	TUBO,ISOLAMENTO; ELASTOMERICO;Ø76MM;32X76MM; -45/105°C;TB 3	M	17	0	0	3
38524	TUBO,ISOLAMENTO; ELASTOMERICO;Ø60MM;19X60MM	M	15	0	0	12
38528	TUBO,ISOLAMENTO; ELASTOMERICO;Ø18MM;19X18MM	M	15	0	0	6

Como se trata de um item recentemente cadastrado, sem histórico de aquisições anteriores, a estimativa das quantidades será baseada em projeções técnicas e nos parâmetros estabelecidos pela demanda do Ministério da Saúde. A definição das quantidades levou em consideração as previsões de utilização no processo produtivo de Bio-Manguinhos/Fiocruz, alinhadas ao plano de expansão industrial e às necessidades do SUS. A projeção inicial foi elaborada com base em estudos de demanda, levando em conta a capacidade produtiva da unidade, o cronograma de implementação de novos produtos e o impacto esperado desse item na cadeia de produção.

Código	Material / Serviço	Unid	pom2023	pom2024	pom2025	pom2026
64764	TUBO,LA DE ROCHA;KRAFT ALUMINIZADO;1/2POLX25X900MM, APL ISOLA	UN	0	0	0	3
65557	TUBO,LA DE ROCHA;KRAFT ALUMINIZADO;3?X25X914MM,APL ISOLAMENT	UN	0	0	0	6
65726	TUBO,ISOLAMENTO; ELASTOMERICO;25MM;25X25MM	M	0	0	0	8
65727	TUBO,ISOLAMENTO; ELASTOMERICO;28MM;25X28MM	M	0	0	0	6
62576	TUBO,ISOLAMENTO; ELASTOMERICO;PRETO;22X13MM	M	0	0	0	3
63107	TUBO,ISOLANTE;ESPONJOSO; BLINDADO,BRANCO;1,BARRA,2M	UN	0	0	0	3
60701	TUBO,ISOLAMENTO; ELASTOMERICA;28X19MM;2MT	M	0	0	0	40
5015	TUBO,ISOLAMENTO; ELASTOMERICO;Ø18MM;32X18MM; -45/105°C;TB 3/4	M	0	0	0	6
5018	TUBO,ISOLAMENTO; ELASTOMERICO;Ø35MM;25X35MM; -45/105°C;1.3/8	M	0	0	0	3
5009	TUBO,ISOLAMENTO; ELASTOMERICO;Ø 22MM; 25MMX22MM;-45°C/105°C	M	0	0	0	9
38527	TUBO,ISOLAMENTO; ELASTOMERICO;Ø35MM;13X35MM	M	0	0	0	453
25856	TUBO,ISOLANTE;PRT;ESPONJOSO; BLINDADO;3/4;2M	UN	0	0	0	15
38530	MANTA,ELASTOMERICA; ISOLAMENTO;25MM;8X1M	M	0	0	0	17

38531	MANTA,ELASTOMERICA; ISOLAMENTO;32MM;6X1M	M	0	0	0	167
59016	ISOLAMENTO;ELASTOMERICO; MANTA;25MMX1MX8M	M2	0	0	0	6
61565	ISOLAMENTO;ELASTOMERICO; MANTA;32MMX1MX10M	RL	0	0	0	28
57450	DUTO,FLEXIVEL;PVC; EMBORRACHADO(CJ);DIA250MM, COMPRIMENTO;3,0M	UN	0	0	0	10
57452	DUTO,FLEXIVEL;PVC; EMBORRACHADO(CJ);DIA300MM, COMPRIMENTO;3,5M	UN	0	0	0	2
57453	DUTO,FLEXIVEL;PVC; EMBORRACHADO(CJ);DIA250MM, COMPRIMENTO;2,4M	UN	0	0	0	6
63266	DUTO,FLEXIVEL;ALUM;314MM/12; ISOLAMENTO;APL EXAUSTORES	M	0	0	0	3
63267	DUTO,FLEXIVEL;ALUM;364MM /14POL;ISOLAMENTO,APL EXAUSTOR	M	0	0	0	3
63268	DUTO,FLEXIVEL;ALUM;200MM /8POL;ISOLAMENTO,APL EXAUSTOR	M	0	0	0	3
63269	DUTO,FLEXIVEL;ALUM;263MM /10POL;ISOLAMENTO,APL EXAUSTOR	M	0	0	0	3
59008	COLA,ADESIVA;ISOLAMENTO; ELASTOMERICO;900ML	LT	0	0	0	135

## 7. Descrição da solução como um todo

Nesta seção, descreve-se a solução técnica proposta para atender à necessidade administrativa, incluindo as características essenciais e os requisitos preliminares. A solução especificada visa manter em operação todo o parque fabril do Instituto de Tecnologia em Imunobiológicos Bio-Manguinhos, bem como seus projetos e laboratórios onde são realizadas análises físico-químicas e estudos. Esse modelo, já em uso, otimiza o processo, reduzindo desperdícios de tempo e de informações, o que facilita a gestão contratual e o gerenciamento de riscos, além de simplificar procedimentos administrativos e reduzir custos financeiros.

A fundamentação legal específica para a aquisição será devidamente detalhada no Termo de Referência (TR), em conformidade com a Lei nº 14.133/2021 e demais normativas aplicáveis. No TR, serão definidos os dispositivos legais que sustentam a contratação, contemplando os critérios de economicidade, eficiência e sustentabilidade. A justificativa para cada etapa será embasada nos princípios da Administração Pública e na aderência às normas vigentes, garantindo clareza, transparência e segurança jurídica ao processo, de modo a assegurar a solução mais vantajosa para o interesse público.

## 8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): SIGILOSO

O valor dessa contratação está estimado em R\$ SIGILOSO

Informamos que o valor disposto no item 8 deste ETP, reflete os valores apurados na pesquisa de mercado realizada para fins de estimativas de valores e planejamento orçamentário da contratação, possibilitando a avaliação da viabilidade econômica, portanto, não se confunde com a pesquisa a ser realizada para aferição da conformidade / aceitação da proposta, que será realizada de acordo com a Instrução Normativa Seges/ME 65/2021 junto ao mercado fornecedor para obtenção do preço de referência.

## 9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Em atendimento ao art. 40, inciso V, da Lei nº 14.133/2021, a opção pelo parcelamento do objeto justifica-se pela viabilidade técnica e pela vantajosidade econômica da aquisição de materiais de consumo de forma fracionada, considerando que os itens possuem natureza comum, características independentes e podem ser fornecidos de maneira autônoma, sem prejuízo à funcionalidade, à qualidade ou ao atendimento da necessidade administrativa.

O parcelamento possibilita a ampliação da competitividade, favorece a participação de um maior número de fornecedores e contribui para a obtenção de propostas mais vantajosas para a Administração, em consonância com os princípios da economicidade, da eficiência e do interesse público, conforme as diretrizes da Lei nº 14.133/2021 e da Instrução Normativa SEGES nº 58, de 8 de agosto de 2022.

## 10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Trata-se de aquisição dos itens comuns para atendimento a Bio-Manguinhos. Suas necessidades são planejadas anualmente para atendimento às mais diversas áreas e setores. Dessa forma, os pedidos inseridos em sistema interno são liberados de acordo com sua prioridade de compra. As contratações são consolidadas por guardar relação com o objeto principal. Não havendo vinculação ou dependência com o objeto de outro documento de formalização de demanda.

## 11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

Os itens desta contratação foram devidamente previstos no Plano de Gestão de Contratações (PGC) das respectivas unidades, tendo sido lançados em 2025, com a previsão de execução no exercício de 2026, em conformidade com o Decreto nº 10.947/2022.

A demanda apresentada neste documento está contemplada no Plano de Contratações Anual (PCA) para o ano de 2026, alinhada com o Plano Diretor de Logística Sustentável da Fiocruz, e foi registrada no Sistema de Planejamento e Gerenciamento de Contratações (PGC), dentro dos prazos e requisitos estabelecidos pela legislação vigente.

I) ID pca PNCP: 33781055000135-0-000007/2026

II) Data de publicação no PNCP: 30/04/2025

Classe	Desc da Classe	Identificador da Futura Contratação	Id do item no PCA
5970	ISOLADORES ELÉTRICOS E MATERIAIS ISOLANTES	254445-23/2026	319
9999	ITENS DIVERSOS	254445-27/2026	1



9390	PRODUTOS DIVERSOS NÃO METÁLICOS	254445-23/2026	361
8030	COMPOSTOS PRESERVATIVOS E VEDANTES	254445-23/2026	224
4710	CANOS E TUBOS	254445-23/2026	280
5975	FERRAGENS E SUPRIMENTOS DE ELETRICIDADE	254445-23/2026	333
8040	ADESIVOS	254445-23/2026	307

## 12. Prorrogação da ARP e Quantitativos

Em conformidade com o Parecer n. 00075/2024/DECOR/CGU/AGU, registra-se que, considerando que a vigência da Ata de Registro de Preços poderá alcançar até 24 (vinte e quatro) meses, mediante prorrogação por igual período, esta fase de planejamento prevê expressamente a possibilidade de renovação dos quantitativos originalmente registrados, limitada ao quantitativo anual estimado para fins de planejamento. A renovação dos quantitativos somente poderá ocorrer caso sejam observadas simultaneamente as seguintes condições: Comprovação da manutenção do preço vantajoso, nos termos do art. 84 da Lei nº 14.133/2021 e art. 22 do Decreto nº 11.462 /2023; Previsão expressa no edital e na própria Ata de Registro de Preços quanto à possibilidade de renovação dos quantitativos durante a prorrogação; Tratamento prévio e justificado no planejamento, nos moldes do art. 18, §1º, IV, e art. 40 da Lei nº 14.133/2021, assegurando alinhamento com o princípio da anualidade e com as estimativas de consumo; Formalização por termo aditivo dentro do prazo de vigência original, conforme orientação consolidada no Parecer n. 00075/2024 e na ON AGU nº 89/2024. A presente previsão visa garantir segurança jurídica ao procedimento, assegurar transparência aos licitantes, preservar a fidedignidade das estimativas anuais de demanda e evitar a necessidade de superdimensionamento de quantitativos no planejamento inicial, nos termos das conclusões consolidadas pela AGU. Dessa forma, fica consignado neste ETP que a eventual prorrogação da Ata poderá contemplar a renovação dos quantitativos definidos para a contratação, observando-se que as estimativas aqui apresentadas poderão ser refinadas ou ajustadas no Termo de Referência, respeitados sempre os limites legais e as condições estabelecidas para renovação.

## 13. Benefícios a serem alcançados com a contratação

O investimento contínuo na instituição com enfoque na importância de uma equipe com colaboradores atuantes e eficientes é uma marca do Instituto. Os resultados esperados com esta aquisição é a manutenção da capacidade produtiva, técnica e de inovação. Materiais e práticas que promovem o bem-estar ajudam na eficiência e na produtividade dos colaboradores, permitindo que eles trabalhem de forma mais confortável e focada. Manter o parque industrial operacional durante todo o ano, evitando parada na rotina dos laboratórios e o atraso na liberação de lotes de produtos, dada a provável redução do absenteísmo, uma vez que colaboradores mais saudáveis tendem a ter menos problemas de saúde e, consequentemente, menos ausências.

## 14. Possíveis Impactos Ambientais

O Plano de Logística Sustentável da Fiocruz (PLS) contém diversas medidas mitigadoras e ações voltadas para o baixo consumo de energia e outros recursos, bem como a logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos. Abaixo estão algumas das principais ações incluídas no PLS:

Redução do Consumo de Energia:

- Promoção de Campanhas de Uso Racional de Energia Elétrica: Inclui a distribuição de informes físicos e digitais, adesivos sobre como reduzir o consumo de energia elétrica, e a realização de seminários.

- Retrofit nas Demandas de Adequações: Execução de estudos de viabilidade e serviços de retrofit para melhorar a eficiência energética das instalações.
- Substituição de Equipamentos: Troca de equipamentos antigos por novos com selo Procel e substituição de lâmpadas por LED.
- Instalação de Sensores e Temporizadores: Implementação de sensores de presença e temporizadores para otimizar o uso de energia.

#### Gestão de Resíduos e Logística Reversa:

- Resíduos de Óleo Vegetal: Coleta quinzenal e reciclagem de óleo vegetal usado nos restaurantes dos campi.
- Pilhas e Baterias: Logística reversa em parceria com a ABINEE, coletando e destinando cerca de 8.880,3 kg de pilhas e baterias para reciclagem.
- Cartuchos, Tonners e Latas de Tinta: Destinação para coprocessamento, transformando-os em combustível para a indústria cimenteira.
- Resíduos Eletroeletrônicos: Remanufatura e reciclagem de equipamentos eletroeletrônicos por meio de cooperativas credenciadas.
- Coleta Seletiva de Papel/Papelão, Plástico e Vidro: Programa de coleta seletiva solidária que destinou, entre 2018 e 2020, aproximadamente 622,5 toneladas de papel/papelão, 130,5 toneladas de plástico, e 20,6 toneladas de vidro para reciclagem.

Essas ações fazem parte de um esforço contínuo da Fiocruz para reduzir impactos ambientais, promover a sustentabilidade e garantir o manejo adequado dos recursos e resíduos.

A Fiocruz, ciente do seu papel enquanto instituição de pesquisa, ensino e produção em saúde pública, adota práticas de mitigação e controle dos impactos ambientais decorrentes de suas atividades. Exemplo disso é seu programa de gerenciamento de resíduos, procedimentos de biossegurança, programa de tratamento de efluentes, que conta com uma Estação de Tratamento de Esgoto própria, e programa de descarte de resíduos químicos e nucleares, entre outros. Essas práticas garantem o controle dos impactos ambientais inerentes aos processos da Fiocruz, resultando em uma condução diligente e consciente dos aspectos ambientais relativos ao cuidado com a saúde pública.

Em consulta ao Guia Nacional de Contratações Sustentáveis (4ª edição, agosto de 2021), verificamos que a licitação /contratação sustentável é um instrumento significativo para que a Administração Pública exija que as empresas cumpram requisitos de sustentabilidade socioambiental, desde a produção até a distribuição de bens, prestação de serviços e realização de obras de engenharia.

Conforme a Instrução Normativa Nº 01/2010-SLTI/MPOG, os órgãos da Administração Pública podem exigir critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens. No presente processo, aplicam-se os requisitos desta Instrução Normativa. Deverão ser observados os critérios de sustentabilidade ambiental previstos, especificamente os definidos no artigo 5º da IN mencionada, que incluem:

*I – Que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2;*

*II – Que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;*

*III – Que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, utilizando materiais recicláveis, para garantir a máxima proteção durante o transporte e armazenamento; e*

*IV – Que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenilpolibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).*

Por se tratar de responsabilidade corporativa da empresa fornecedora, deve-se incluir no rol de declarações que sua política de governança contempla compromissos de sustentabilidade ambiental, com ações nas áreas de redução da geração de resíduos sólidos, emissões de gases de efeito estufa, consumo de água, consumo de energia, e apoio à diversidade étnica, cultural e de gênero.

## 15. Providências a serem Adotadas

Não há providências necessárias para adequação do local de execução das aquisições, visto que, o consumo do objeto a ser adquirido já contempla o espaço necessário para o Uso, Ambiente de Produção e Laboratórios do referido Instituto.

## 16. Local E Data

Rio de Janeiro, 10 de março de 2026.

## 17. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

### 17.1. Justificativa da Viabilidade

Considerando as análises ora empreendidas no presente Estudo Técnico Preliminar e demais informações, considero viável, tanto nos aspectos técnicos quanto nos aspectos econômicos, a realização da aquisição pretendida a fim de atender as demandas de Bio-Manguinhos. Diante de todas as informações colhidas nas etapas de elaboração do ETP, **com base nas informações fornecidas pelos respectivos usuários e detalhadas nas justificativas anexas**, caberá à autoridade competente decidir pela viabilidade da contratação, bem como o seu alinhamento com a necessidade apontada pela unidade demandante e o planejamento estratégico da organização.

## 18. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**WAGNER ALVES DA SILVA**

Equipe de Planejamento

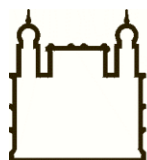
**MARIA DO CARMO MEDEIROS GONCALVES**

Equipe de Planejamento

**CRISTINA AZEVEDO ZANIRATI**

**MICHAEL PAISANTE DE OLIVEIRA**

Equipe de Fiscalização



## **ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS:**

---

**Item: 1**

Material: EXTENSÃO; TERMOPLÁSTICO; PRETA, 20 M; POTÊNCIA 110/220V  
EXTENSÃO; EM TERMOPLÁSTICO; DUPLA ISOLAÇÃO; COM CARRETEL; CONTATO DE LIGA EM LATÃO;  
COR PRETA; MEDIDA 20M; FREQUÊNCIA 1100/2200W; POTÊNCIA 110/220V  
EXTENSÃO

Material: em termoplástico

Possui dupla isolação

Com carretel

Contatos de liga em latão

Cor: preta

Medida: 20 metros

Com 3 tomadas 3P para pinos terra com medida 4mm

Frequência: 1100/2200W

Potência máxima: 110/220V

**Item: 2**

Material: FITA, REFLETIVA; FRT-20, MINIPA

FITA REFLETIVA; REF FRT-20, MINIPA

**Item: 3**

Material: MALETA FERRAMENTAS; 45X33X15,2CM; MF 931, VONDER

MALETA DE FERRAMENTAS; 45X33X15,2CM; MF 931, VONDER

**Item: 4**

Material: CHAVE FENDA E PHILLIPS; HASTE AÇO CROMO-VANAD; 232102B, BELZER

CHAVE FENDA E PHILLIPS; HASTE AÇO CROMO-VANAD; 232102B, BELZER\*\*\*\*\*

HAVE FENDA E PHILLIPS (jogo)

Haste em aço cromo-vanádio temperado

Referência Comercial: 232102B, marca BELZER

Composição:

Pontas Fenda: 0,3 x 7,6cm (1/8 x 3), 0,5 x 10cm (3/16 x 4), 0,6 x 10cm (1/4 x 4), 0,6 x

15cm (1/4 x 6)

Pontas Phillips: 3/16 x 3 (nº 1) e 1/4 x 5 (nº 2)

**Item: 5**

Material: ALICATE CORTE DIAGONAL; AÇO CROMO-VANAD; 6"; 219.024, BELZER

ALICATE CORTE DIAGONAL; AÇO CROMO-VANAD; 6"; 219.024, BELZER\*\*\*\*\*

ALICATE DE CORTE DIAGONAL; EM AÇO CROMO-VANÁDIO; MEDIDA NOMINAL 6"; REF 219.024,  
MARCA BELZER

**Item: 6**

Material: CONJUNTO P/ SOLDA; 35432, WHITE MARTINS; APL LIOFILIZADORES

CONJUNTO P/ SOLDA OXIGENIO/ACETILENO PPU FABRICANTE: WHITE MARTINS

REFERÊNCIA COMERCIAL: 35432

APLICAÇÕES: LIOFILIZADORES

**Item: 7**

Material: ALICATE RECRAVADOR MANUAL; 20MM; AI; RESIST AUTOCLAVE

ALICATE PARA RECRAVAÇÃO MANUAL

MEDIDA: 20MM

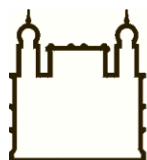
EM AÇO INOXIDÁVEL

RESISTENTE À AUTOCLAVE

**Item: 8**

Material: FERRO SOLDA; 40W; COMPLETO; PONTA SOLDA NCT401

FERRO DE SOLDA 40W / 110V, COMPLETO COM PONTA DE SOLDA NCT401 E SUPORTE DE  
SEGURANÇA.



Ministério da Saúde

**FIOCRUZ**  
**Fundação Oswaldo Cruz**



Instituto de Tecnologia  
em Imunobiológicos

**Bio-Manguinhos**

Data: 08/04/2026  
Folha: 2 / 4

TEMPO DE AQUECIMENTO: 180 SEGUNDOS  
TEMPERATURA DA PONTA: 450°C

Item: 9

Material: FONTE BC430; 17,8V; 840MA, FLUKE; APL ANALISADOR  
FONTE BC430; ENTRADA:115/230V; 50/60HZ; TENSAO DE SAIDA: 7,8V; CORRENTE DE SAIDA  
:840MA; MARACA:FLUKE, APL ANALISADOR DE ENERGIA; SELET.

Item: 10

Material: MEDIDOR TEMPERATURA; PORTATIL; 62MAX, FLUKE  
TERMOMETRO INFRAVERMELHO  
FAIXA DE MEDIÇÃO: -30 C° A 500 C°  
RESOLUÇÃO ÓPTICA: 10:1  
RESISTENTE A 3 METROS DE QUEDA  
CLASSIFICAÇÃO IP54  
EMISSIVIDADE AJUSTAVEL: 0,10 A 1,00

Item: 11

Material: CHAVE, ALLEN(JG); AC; VANADIO; HEX; L; ABAULADA; 220990SBR, BELZER  
CHAVE, ALLEN(JOGO) HEXAGONAL, PERFIL L ABAULADA; AÇO CROMO VANÁDIO; CONTEM 9 PEÇAS DE  
7/64"-3/8"; REFERÊNCIA 220990SBR, BELZER  
CONTÉM 9 PEÇAS:  
- 7/64",1/8",9/64",5/32",3/16",7/32",1/4",5/16", 3/8".

Item: 12

Material: TENSOR; MANUAL; ABRACADEIRA PLASTICA; AJUSTAVEL  
TENSOR MANUAL COM ABRAÇADEIRA PLÁSTICA AJUSTÁVEL.  
FERRAMENTA MANUAL PARA A APLICAÇÃO E CORTE DE ABRAÇADEIRA PLÁSTICA.  
APLICÁVEL EM ABRAÇADEIRAS COM MEDIDAS DE 20,5 CM X 0,5 CM ENTRE OUTRAS.

Item: 13

Material: SUGADOR, SOLDA; Ø20MM; COMPRIMENTO 170MM; FURO Ø3MM; PTFE  
SUGADOR DE SOLDA, DIÂMETRO 20MM, COMPRIMENTO 170MM, FURO COM DIÂMETRO 3MM,  
FABRICANDO EM PTFE

Item: 14

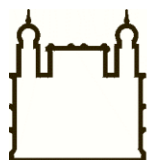
Material: NIVEL, ALUMINIO; 3 BOLHAS  
NÍVEL ALUMÍNIO, 3 BOLHAS  
INDICADO PARA NIVELAR SUPERFÍCIES  
DIMENSÕES: ENTRE 25 E 30 CM DE COMPRIMENTO E ENTRE 4 E 8 CM DE ALTURA  
POSSUI CORPO EM ALUMÍNIO, CONFERINDO MAIOR LEVEZA E 3 BOLHAS, SENDO UMA PARA  
NIVELAMENTO VERTICAL, UMA PARA NIVELAMENTO HORIZONTAL E UMA PARA NIVELAMENTO 45°.

Item: 15

Material: CHAVE, COMBINADA(JG); CURTA; CATRACA; 8X19MM  
JOGO CHAVE COMBINADA CURTA CATRACA 8 A 19MM  
EMBALAGEM: CAIXA  
DIMENSÕES: 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19MM  
MATERIAL: CROMO VANÁDIO  
JOGO DE CHAVES CUJAS PONTAS TEM DIFERENTES ENCAIXES PARA FIXAR O PARAFUSO.  
UM LADO DA PONTA É ABERTA SERVE PARA APERTAR E SOLTAR PARAFUSOS E PORCAS OS QUAIS  
POSSUEM A CABEÇA EM PONTAS, FORMANDO LOSANGO, DA OUTRA PONTA É FECHADA MAIS DELICADA  
PORÉM COM MESMO OBJETIVO.  
ILUSTRAÇÃO EM ANEXO. ITEM SERÁ ACEITO MEDIANTE NOSSA APROVAÇÃO NO ATO DA ENTREGA.  
PEÇAS DEVEM SE APRESENTAR CONFORME ILUSTRAÇÃO ANEXA E SEM RANHURAS OU DANIFICAÇÕES.

Item: 16

Material: VALVULA, CORTA; CHAMA; 40123794, SOLDUX; APL MACARICO  
VALVULA, CORTA; CHAMA; 40123794, SOLDUX; APL MAÇARICO



Ministério da Saúde

**FIOCRUZ**  
Fundação Oswaldo Cruz



Instituto de Tecnologia  
em Imunobiológicos

**Bio-Manguinhos**

Data: 08/04/2026  
Folha: 3 / 4

VÁLVULA VSCM - OX\_ OXIGÊNIO\_ CÓDIGO: 40123794 PARA USO COM MAÇARICO SOLDX

Item: 17

Material: VALVULA, CORTA; CHAMA; 40123796, SOLDX; APL MACARICO  
VALVULA, CORTA; CHAMA; 40123796, SOLDX; APL MAÇARICO

VÁLVULA VSCM-GC\_ ACETILENO\_ CÓDIGO: 40123796

Item: 18

Material: CHAVE, ALLEN(JG); AC; VANADIO; HEX; L; 7/6.4"-3/8"  
JOGO DE CHAVES HEXAGONAIS ALLEN  
CORPO DE AÇO CROMO VANÁDIO  
ABAUADA  
COMPOSTO POR 09 PEÇAS, COM AS SEGUINTE MEDIDAS:  
7/64 - 1/8 - 9/64 - 5/32 - 3/16 - 7/32 - 1/4 - 5/16 - 3/8 POL

Item: 19

Material: CHAVE, TORX(JG); TIPO L; 9 PECAS; T7 A T40  
JOGO DE CHAVES PERFIL TORX  
CHAVES ALLEN TIPO "L"  
AÇO MOLIBDÊNIO-VANADIUM  
COMPOSIÇÃO:  
JOGO COM 9 PEÇAS  
MEDIDAS: T7; T8; T9; T10; T15; T20; T25; T30; T40

Item: 20

Material: TERMOMETRO; FLUKE; -50 a 160°C; 1551A-9-DL, FLUKE  
TERMÔMETRO  
ESCALA: -50 A 160°C  
REFERÊNCIA COMERCIAL: 1551A-9-DL, FLUKE  
THERMOMETER  
SCALE: -50 TO 160°C  
COMMERCIAL REFERENCE: 1551A-9-DL, FLUKE

Item: 21

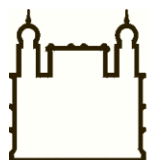
Material: ESTILETE SEGURANÇA; LÂMINA RETRATIL  
ESTILETE DE SEGURANÇA ACIONADO POR GATILHO;  
DIMENSÕES: COMPRIMENTO 161MM LARGURA 78MM ESPESSURA 26MM  
CABO ERGONÔMICO  
CORPO EM PA6 + TPE  
CURSOR PARA BLOQUEIO DO GATILHO  
LÂMINA SEMI RETRÁTIL (SOLTAR O GATILHO) POSICIONADA NA PARTE INFERIOR DO ESTILETE  
SAÍDA DA LÂMINA AJUSTÁVEL COM 3 NÍVEIS  
LÂMINA DE CARBONO REVESTIDA  
LÂMINA TIPO TRAPEZODAL COMPRIMENTO 54MM LARGURA 19MM ESPESSURA 0,3MM

Item: 22

Material: FIXADOR, AUTOADESIVO; INCOLOR; POLIAMIDA; LKCS/A, HELLERMANN  
FIXADOR AUTOADESIVO USO COM ABRAÇADEIRA POLIAMIDA INCOLOR;  
LARGURA: 25MM  
COMPRIMENTO: 32MM  
ALTURA: 6MM  
DIÂMETRO DO FURO: 3,2MM  
REFERÊNCIA: LKCS/A  
FABRICANTE: HELLERMANN

Item: 23

Material: TRENA, AUTOADESIVA; 3M; ACO; FAL3M; LUFKIN  
TRENA, AUTOADESIVA; ACO; FAL3M; LUFKIN; 3M



TRENA AUTOADESIVA COM 3 METROS LUFKIN. CORTE NO TAMANHO DESEJADO COM TESOURA. APLIQUE EM BANCADA DE TRABALHO, MESAS DE MÁQUINAS, DE DESENHO etc.; MARCA: LUFKIN; MODELO: FAL3M; COMPRIMENTO: 3 METROS; - DIREÇÃO: DA ESQUERDA PARA A DIREITA; FITA COM A LARGURA DE 1,2CM; FITA EM AÇO FINO;  
- FITAS GRADUADAS ADERENTES A QUASE TODAS AS SUPERFÍCIES DE TRABALHO, PARA MEDIÇÕES NUM ABRIR-E-FECHAR DE OLHOS

OBS: SERÁ UTILIZADO PARA MEDIR OS SISTEMAS DE PROCESSOS NA ÁREA DA MONTAGEM DA DIAFE.

**Item: 24**

Material: INTERMEDIARIA, INTERNA; P/BOMBA, PRATIKA; AP-3, DANCOR  
INTERMEDIÁRIA INTERNA; PARA BOMBA DANCOR LINHA PRATIKA;  
COMPATÍVEL COM OS MODELOS DE BOMBA:  
AP-3C; AP-3; CP-6R; CAM-W6; CAM-W10; EP 1-0 M;  
EP 2-0 M; EP 2-1 M; EP 3-1;  
REFERÊNCIA COMERCIAL: AP-3;  
FABRICANTE: DANCOR;  
APLICAÇÃO: BOC125 - BOMBA CENTRÍFUGA.


**Item: 25**

Material: CORREDICA, SIMPLES; ROLDANAS; ACO, LAMINADO; 400MM; 3/4; 15KG  
CORREDIÇA SIMPLES DE ROLDANAS;  
MATERIAL: AÇO LAMINADO;  
ACABAMENTO: PINTURA ELETROSTÁTICA EPÓXI BRANCO;  
COMPRIMENTO DA CORREDIÇA: 400 MM;  
ABERTURA: 3/4 DO COMPRIMENTO NOMINAL;  
FIXAÇÃO: PARAFUSOS AUTO-ATARRAXANTES;  
APLICAÇÃO: GAVETAS DE COZINHAS, BANHEIROS, LAVANDERIAS, PRATELEIRAS  
RETRÁTEIS/EXTENSÍVEIS, BASES DE TECLADO E MOBILIÁRIO EM GERAL.



Item RCO	Item	Material / Serviço	Unid	Qtd	Código Sidec
15	43933	CHAVE, COMBINADA (JG); CURTA; CATRACA; 8X19MM	JG	1,00	BR0450449

Chave Combinada Catraca Speedy Jogo 8 a 19mm com 12 peças

<div><div><div>Instituto de Tecnologia em Imunobiológicos</div><div>Bio-Manguinhos</div></div></div>
Arte Final: (Não aplicável)
Faca: (Não aplicável)
Código:
Data:
Dimensões: (Não aplicável)
Texto: (Não aplicável)
Arte anterior: (Não aplicável)
Código anterior: (Não aplicável)
Cores: (Não aplicável)
Obs.:
Justificativa:



**MODELO DE TERMO DE CONTRATO**  
**Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021**  
**AQUISIÇÕES – LICITAÇÃO**



**INSTITUTO DE TECNOLOGIA EM IMUNOBIOLOGICOS**  
**FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ**  
(Processo Administrativo nº 25386.000303/2026-13)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº xx/xxxx, QUE FAZEM  
ENTRE SI O INSTITUTO DE TECNOLOGIA EM  
IMUNOBIOLOGICOS/FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ E  
.....

A Fundação Oswaldo Cruz, por intermédio do(a) Instituto de Tecnologia em Imunobiológicos, com sede no(a) Av. Brasil, 4365, na cidade de Rio de Janeiro - RJ, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 33.781.055/0015-30, neste ato representado(a) pelo(a) Diretora, Sra. Rosane Cuber Guimarães, nomeado(a) pela Portaria nº 547, de 17 de Junho de 2025, publicada no DOU de 23 de Junho de 2025, portador da Matrícula Funcional nº 1353412, no uso das atribuições que lhe confere a Portaria nº 10 de 10 de janeiro de 2024, do Sr. Presidente da Fiocruz, publicada no DOU, Seção 2, em 24/01/2024, doravante denominado CONTRATANTE, e o(a) [CONTRATADO], inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº [CNPJ], sediado(a) na [endereço], na cidade de [cidade]/[UF], doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por [nome e função no CONTRATADO], conforme [atos constitutivos da empresa] OU [procuração apresentada nos autos], tendo em vista o que consta no Processo nº 25386.000303/2026-13 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do(a) *Pregão Eletrônico* nº XX/XXXX, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO**

1.1. O objeto do presente instrumento é aquisição de ferramentas em geral, para atendimento a Bio-Manguinhos, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1						
2						

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência;
- 1.3.2. O *Edital da Licitação*;
- 1.3.3. A Proposta do CONTRATADO;

- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

## **CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO**

2.1. O prazo de vigência da contratação é de **120 (cento e vinte) dias** contados da última assinatura aposta no instrumento contratual, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.1.1. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do CONTRATADO, previstas neste instrumento.

## **CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS**

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

## **CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO**

4.1. As regras sobre a subcontratação do objeto são aquelas estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

## **CLÁUSULA QUINTA – PREÇO**

5.1. O valor total da contratação é de R\$ **xxxxxx (xxxxxxxxxx)**.

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

## **CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO**

6.1. O prazo para pagamento ao CONTRATADO e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

## **CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE**

7.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

## **CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

8.1. São obrigações do CONTRATANTE:

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.1.3. Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.5. Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.

8.1.6. Aplicar ao CONTRATADO as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.1.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.1.8.1. A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.1.9. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo CONTRATADO no prazo máximo de 30 (trinta) dias;

8.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## **CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO**

9.1. O CONTRATADO deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens e serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.5. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o CONTRATADO deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

9.5.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

9.5.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

9.5.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do CONTRATADO;

9.5.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

9.5.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

9.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.7. Comunicar ao Fiscal do contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas;

- 9.8. Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;
- 9.9. Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;
- 9.10. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;
- 9.11. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;
- 9.12. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 9.13. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 9.14. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE;
- 9.15. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 9.16. Comunicar ao CONTRATANTE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

#### **CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD**

- 10.1. *As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.*
- 10.2. *Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.*
- 10.3. *É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.*
- 10.4. *A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo CONTRATADO.*
- 10.5. *Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do CONTRATADO eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.*
- 10.6. *É dever do CONTRATADO orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.*
- 10.7. *O CONTRATADO deverá exigir de SUBOPERADORES e SUBCONTRATADOS o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.*
- 10.8. *O CONTRATANTE poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o CONTRATADO atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.*

10.9. O CONTRATADO deverá prestar, no prazo fixado pelo CONTRATANTE, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

10.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

10.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

10.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

10.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO**

11.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

12.1. As regras acerca de infrações e sanções administrativas referentes à execução do contrato são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL**

13.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

13.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

13.2.1. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do CONTRATADO:

13.2.1.1. ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

13.2.1.2. poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

13.3. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.4. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

13.5. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.6. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.7. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

13.7.1. Do balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;



13.7.2. Da relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.7.3. Das indenizações e multas.

13.8. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

13.9. O CONTRATANTE poderá ainda:

13.9.1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo CONTRATADO, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e

13.9.2. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n.º 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do CONTRATADO decorrentes do contrato.

13.10. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o CONTRATADO mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta, ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES**

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2. O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

14.5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

15.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

- I) Gestão/unidade: [...];
- II) Fonte de recursos: [...];
- III) Programa de trabalho: [...];
- IV) Elemento de despesa: [...]; e
- V) Plano interno: [...]; e
- VI) Nota de empenho: [...];

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS**

16.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA REGULARIDADE FISCAL**

17.1. A contratada comprovou a regularidade respectiva, conforme consultas ao SICAF, CADIN e consulta consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (Lista de Inidôneos do TCU, CNJ e CEIS), em \_\_\_\_/\_\_\_\_/20\_\_\_\_, anexadas ao processo nº 25386.000303/2026-13.

**CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – PUBLICAÇÃO**

18.1. Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

**CLÁUSULA DÉCIMA NONA – FORO**

19.1. Fica eleito o Foro da Justiça Federal do Rio de Janeiro, Seção Judiciária da Capital para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

*[Local], [dia] de [mês] de [ano].*

---

Representante legal do CONTRATANTE

---

Representante legal do CONTRATADO

**TESTEMUNHAS:**

1-

2-



**Portaria da Diretoria Executiva**

PORTARIA Nº 1, de 24 de fevereiro de 2026

O Diretor Executivo da Fundação Oswaldo Cruz, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Portaria nº 2.277, de 12 de abril de 2023, da Casa Civil; pela Portaria nº 10, de 10 de janeiro de 2024, da Fiocruz e pelo Decreto nº 11.228, de 07 de outubro de 2022 - Estatuto Fiocruz.

**RESOLVE:****1.0 - PROPÓSITO**

Art. 1º Disciplinar, no âmbito da Fundação Oswaldo Cruz – Fiocruz, o procedimento de apuração de responsabilidade relacionado às infrações praticadas nos certames licitatórios e nos atos subsequentes à sessão competitiva, e a dosimetria na aplicação das respectivas sanções.

**2.0 - OBJETIVO****CAPÍTULO I****DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES**

Art. 2º Os licitantes ou contratados serão responsabilizados administrativamente pelo cometimento de infrações, e penalizados com advertência, multa, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade sancionadora, com base nos critérios da razoabilidade e proporcionalidade.

§1º A sanção de impedimento de licitar e contratar impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

§2º A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

Art. 3º Garantido o contraditório e a ampla defesa, serão consideradas infrações, com possibilidade de aplicação das respectivas sanções:

I. dar causa à inexecução parcial do contrato que não tenha causado grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo, e não se justifique a imposição de penalidade mais grave:

a. advertência;

b. multa de 0,5% (cinco décimos por cento) a 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta.

II. dar causa à inexecução parcial do contrato que tenha causado grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo, que justifique a imposição de penalidade mais grave:

a. impedimento de licitar e contratar, prazo máximo de 3 (três) anos;

b. multa de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta.

III. dar causa à inexecução total do contrato:

a. impedimento de licitar e contratar, prazo máximo de 3 (três) anos;

b. multa de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta.

IV. deixar de entregar a documentação exigida para o certame:

a. impedimento de licitar e contratar, prazo máximo de 3 (três) anos;

b. multa de 0,5% (cinco décimos por cento) a 15% (quinze por cento) sobre o valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta.

V. salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta, em especial quando não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação, recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível, solicitar desclassificação da proposta quando encerrada a etapa competitiva, deixar de apresentar amostra quando exigido no instrumento convocatório, ou apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital:

a. impedimento de licitar e contratar, prazo máximo de 3 (três) anos;

b. multa de 0,5% (cinco décimos por cento) a 15% (quinze por cento) sobre o valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta.

VI. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta:

a. impedimento de licitar e contratar, prazo máximo de 3 (três) anos;

b. multa de 0,5% (cinco décimos por cento) a 15% (quinze por cento) sobre o valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta.

VII. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado:

a. impedimento de licitar e contratar, prazo máximo de 3 (três) anos;

b. multa de 0,5% (cinco décimos por cento) a 15% (quinze por cento) sobre o valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta.

VIII. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato:

a. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, de 3 (três) a 6 (seis) anos;

b. multa de 15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta.

IX. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato:

a. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, de 3 (três) a 6 (seis) anos;

b. multa de 15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta.

X. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando agir em conluio ou em desconformidade com a legislação em vigor, induzir deliberadamente a erro no julgamento das propostas, ou apresentar amostra falsificada, deteriorada ou em desconformidade com as especificações do edital:

a. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, de 3 (três) a 6 (seis) anos;

b. multa de 15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta.

XI. praticar atos ilícitos com vistas a fraudar os objetivos da licitação:

a. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, de 3 (três) a 6 (seis) anos;

b. multa de 15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta.

XII. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº. 12.846, de 1º de agosto de 2013 (que dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira):

a. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, de 3 (três) a 6 (seis) anos;

b. multa de 0,1% (um décimo por cento) a 20% (vinte por cento) do faturamento bruto do último exercício anterior ao da instauração do processo administrativo, excluídos os tributos, a qual nunca será inferior à vantagem auferida, quando for possível sua estimação.

§1º A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar também poderá ser aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II ao VII quando justificada a imposição de penalidade mais grave.

§2º A aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, de competência exclusiva da Presidência da Fiocruz, será precedida de análise jurídica.

§3º A sanção de multa poderá ser aplicada cumulativamente às demais sanções previstas no *caput* do art. 2º desta Portaria.

§4º Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

§5º Respeitando os limites mínimos e máximos das sanções previstas para cada uma das infrações, a dosimetria será

calculada mediante utilização da tabela presente no Anexo I desta Portaria.

§6º No caso de infrações cometidas no âmbito dos certames licitatórios, a aplicação da sanção de multa terá como base de cálculo o valor estimado total do item ou lote pelo qual o licitante está objetivando a contratação, a ser expressa no edital/contrato.

§7º A aplicação das sanções não exclui a obrigação de reparação integral do dano causado à Fiocruz.

Art. 4º O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado a multa de mora que poderá variar entre 0,05% (cinco centésimos por cento) e 0,33% (trinta e três décimos por cento) por dia sobre o valor da parcela inadimplida, conforme previsão do instrumento convocatório, até o limite de 25 (vinte e cinco) dias.

§1º A aplicação de multa de mora não impedirá que a Fiocruz a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas nesta Portaria.

§2º A conversão prevista no § 1º será analisada no caso concreto, até o prazo máximo de 25 (vinte e cinco) dias de atraso, quando será automaticamente convertida para compensatória, podendo ensejar na extinção do contrato.

§3º Na hipótese de o limite máximo de atraso ser atingido e persistindo o interesse na contratação, o gestor do contrato deverá comunicar o atraso e justificar o interesse à autoridade superior.

§4º Também incidirá multa moratória, de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), nos casos de inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

§5º O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia das contratações autoriza a Fiocruz a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, nos termos do inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133/21, de 1º de abril de 2021.

Art. 5º Na aplicação das sanções previstas neste artigo serão considerados:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

## CAPÍTULO II

### DAS CIRCUNSTÂNCIAS ATENUANTES E AGRAVANTES E DAS SANÇÕES

#### Seção I

##### Das circunstâncias atenuantes

Art. 6º Respeitados os limites mínimos e máximos das sanções previstas nas hipóteses do art. 3º desta Portaria, e desde que devidamente comprovadas, são situações que, cumulativamente, atenuam as sanções em até 20% (vinte por cento), conforme tabela presente no Anexo I desta Portaria:

I. conduta decorrente de falha não controlada e provocada pelo licitante ou contratado;

II. apresentação de documentação que contenha vícios ou omissões para os quais não tenha contribuído, ou que não sejam de fácil identificação;

III. apresentação de documentação que não atendeu às exigências do edital, quando evidenciado equívoco em seu encaminhamento e ausência de dolo;

IV. entrega de documentação fora dos prazos estabelecidos, quando não tenha acarretado prejuízos à Fiocruz, observando-se, cumulativamente, que:

- a) a documentação entregue esteja correta e adequada ao que fora solicitado;
- b) o eventual atraso no cumprimento dos prazos não seja superior à sua quarta parte;
- c) o licitante faltoso não tenha sofrido registro de penalidade no SICAF em decorrência da prática de quaisquer condutas tipificadas na presente norma em procedimentos licitatórios ou em contratações ocorridas nos 12 (doze) meses que antecederam o fato, em razão do qual será aplicada a penalidade.

V. a conduta não tenha acarretado prejuízo à Fiocruz.

#### Seção II

##### Das circunstâncias agravantes

Art. 7º Respeitados os limites mínimos e máximos das sanções previstas nas hipóteses do art. 3º desta Portaria, são situações que, cumulativamente, agravam as sanções em até 20% (vinte por cento), conforme tabela presente no Anexo I desta Portaria:

I. restar comprovado que o licitante ou contratado tenha registro no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF de penalidade aplicada no âmbito da Fiocruz, em decorrência da prática de qualquer das

condutas tipificadas na presente norma, nos 12 (doze) meses que antecederam o fato em decorrência do qual será aplicada a penalidade;

II. restar comprovado que o licitante tenha sido desclassificado ou inabilitado por não atender às condições do edital, quando for notória a sua impossibilidade de atendimento ao estabelecido;

III. o licitante, deliberadamente, não responder às diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo licitatório; ou

IV. restar comprovado que o licitante tenha prestado declaração falsa de que é beneficiário do tratamento diferenciado concedido em legislação específica.

Art. 8º No estabelecimento da pena, o cálculo para dosimetria da sanção considerará a soma dos critérios agravantes aplicáveis ao caso concreto, subtraído da soma dos percentuais atenuantes, e o resultado dessa operação indicará o percentual (alíquota) da multa e dos meses de impedimento/inidoneidade a serem aplicados.

### CAPÍTULO III

#### DO PROCESSO DE APURAÇÃO DE RESPONSABILIDADE

##### Seção I

###### Da instauração do processo

Art. 9º Quando verificada hipótese de descumprimento, total ou parcial, das regras estabelecidas no termo de referência, no projeto básico, no instrumento convocatório, no contrato administrativo, bem como em legislações correlatas, conforme o caso, o pregoeiro, agente de contratação, fiscal ou gestor do contrato deverá adotar as providências cabíveis, relacionadas ao seu poder-dever de agir.

Art. 10 As providências preliminares mencionadas no artigo anterior deverão ocorrer através de processo relacionado ao processo licitatório ou de gestão contratual, conforme o caso.

Art. 11 Observadas as razões para continuidade da apuração, o servidor público mencionado no art. 9º deverá providenciar a comunicação preliminar ao contratado/licitante para que este apresente seus esclarecimentos prévios.

Parágrafo único. A comunicação preliminar do contratado/licitante deverá ser realizada por meio de instrumento formal, conforme exemplo previsto no Anexo II desta Portaria.

Art. 12 Após o envio da comunicação preliminar, caso o contratado/licitante apresente manifestação consistente ou reversão de conduta, após o prazo concedido, a apuração preliminar deverá ser encerrada.

Parágrafo único. Caso o contratado/licitante não apresente manifestação consistente, reversão de conduta ou abstenha de se manifestar, após o prazo concedido, o servidor público mencionado no art. 9º deverá solicitar à autoridade competente autorização para instauração do processo de apuração de responsabilidade, indicando, no que couber:

I. Descrição da conduta praticada pelo licitante ou contratado;

II. Indicação das cláusulas editalícias ou contratuais e dispositivos legais infringidos;

III. Cópia do edital/termo de referência/projeto básico;

IV. Cópia do contrato, ou, na sua falta, do instrumento congênere, dos termos aditivos e dos apostilamentos, se houver;

V. Cópia de notas fiscais/fatura;

VI. Cópia da publicação da nomeação do responsável pela fiscalização/gestão do contrato ou do recebimento do objeto;

VII. Comunicação preliminar com o comprovante de recebimento;

VIII. Documentos comprobatórios da infração em questão, com as devidas trocas de e-mails, fotos, e qualquer meio que comprove o ilícito administrativo;

IX- Resposta da comunicação preliminar, se houver;

X. Relatório contendo uma análise da Comunicação preliminar e a recomendação para a apuração de responsabilidade, conforme exemplo presente no Anexo III deste Decreto.

Art. 13 Recomenda-se a concessão do prazo de 5 (cinco) dias úteis para que o licitante/contratado se manifeste em relação à comunicação preliminar de que trata o art. 11 desta Portaria.

Parágrafo único. A não manifestação do licitante/contratado no prazo concedido não obsta o prosseguimento do processo administrativo de apuração de responsabilidade.

Art. 14 A autoridade competente da Unidade, após análise, entendendo pelo prosseguimento do processo, emitirá o Termo de Instauração de Apuração de Responsabilidade, conforme Anexo IX desta Portaria, e o remeterá à Comissão de Apuração de Responsabilidade, para providências cabíveis.

##### Seção II

###### Da Comissão de Apuração de Responsabilidade - COAR

Art. 15 Garantindo o devido processo legal, para aplicação das sanções de que trata esta Portaria, o processo administrativo de apuração de responsabilidade será conduzido por Comissão composta por, no mínimo, 2 (dois) servidores estáveis e 1 (um) suplente, que será responsável pela avaliação dos fatos e circunstâncias, devendo o licitante/contratado eventualmente responsável ser intimado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data do recebimento da intimação, apresentar defesa escrita e especificar provas que pretenda produzir.

§1º A Comissão poderá contar com o apoio de outros agentes vinculados às unidades licitantes e/ou fiscalizadoras das contratações em que tenham sido identificadas as irregularidades objeto da responsabilização.

§2º Havendo o deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela Comissão, o licitante/contratado poderá apresentar alegações finais, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

§3º A Comissão poderá indeferir, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

§4º A Comissão formará sua convicção, motivadamente, com base na livre apreciação dos fatos e condutas praticadas, devendo, quando necessário, promover diligências para a apuração da veracidade das informações e provas apresentadas pela defesa.

§5º Para a aplicação da sanção de advertência, prevista no inciso I, do art. 3º desta Portaria, o processo administrativo de apuração de responsabilidade será conduzido de forma sumária, com a aplicação da referida sanção pela própria Comissão de que trata o *caput* deste artigo, garantido o contraditório e a ampla defesa, com a observação do previsto nos artigos 9º a 13, desta portaria.

§6º Cada unidade descentralizada deverá constituir Comissão própria para condução do processo administrativo de apuração de responsabilidade e aplicação das sanções de que trata esta Portaria.

### Seção III Do julgamento

Art. 16 Encerrados os procedimentos e diligências previstos nos artigos anteriores, a Comissão remeterá o processo de apuração de responsabilidade à autoridade competente da Unidade, devidamente instruído com o relatório final, para emissão de decisão.

Art. 17 O relatório final da Comissão é peça informativa e opinativa que deverá conter o resumo do procedimento e proposta fundamentada de decisão, devendo conter, no mínimo:

- I. os fatos;
- II. os argumentos apresentados;
- III. as provas eventualmente apresentadas;
- IV. os fundamentos legais e contratuais para a eventual aplicação da sanção, quando for o caso;
- V. a dosimetria da sanção baseada na Tabela presente no Anexo I desta Portaria; e
- VI. outras informações necessárias e pertinentes.

Art. 18 A autoridade competente, após receber o processo administrativo correspondente, poderá encaminhar à Procuradoria Federal para emissão de parecer jurídico, em caso de dúvida jurídica, através de nota técnica contextualizando-a, ou quando a Comissão concluir pela sanção de inidoneidade para licitar ou contratar.

§1º Após a emissão do parecer jurídico, o processo retornará à autoridade competente para decisão.

§2º A sanção de inidoneidade para licitar ou contratar será obrigatoriamente precedida da análise jurídica pela Procuradoria Federal.

Art. 19 A autoridade competente proferirá decisão, acatando ou não o relatório final apresentado pela Comissão, motivando sua posição.

§1º Na hipótese de a autoridade competente concordar com o Relatório emitido, poderá adotar, como razão de decidir, os fundamentos apresentados pela Comissão, ratificando-os.

§2º Ao proferir decisão no processo de apuração de responsabilidade, a autoridade competente deverá verificar se foram obedecidos, nos respectivos autos, os pressupostos de validade e desenvolvimento regular.

Art. 20 A decisão proferida deverá ser objeto de notificação do licitante/contratado, por meio de correspondência oficial acompanhada de cópia do relatório de conclusão da instrução e da decisão da autoridade competente.

Art. 21 À autoridade competente da Unidade compete a aplicação das sanções de multa e impedimento de licitar e contratar.

Art. 22. À Comissão compete a aplicação da sanção de advertência, cabendo recurso à Autoridade Competente.

Art. 23 Nos termos do inciso I, do §6º, do artigo 156, da lei nº. 14.133/2021, de 1º de abril de 2021, compete ao presidente da Fiocruz a aplicação da sanção de declaração de inidoneidade.

Art. 24 Da decisão pela sanção do licitante/contratado responsável pelas infrações previstas nesta Portaria caberá recurso à autoridade superior, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data da intimação de decisão.

§1º Da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade caberá apenas pedido de reconsideração, que deverá ser apresentado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20

(vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

Art. 25 Nos termos do parágrafo único do artigo 168 da Lei 14.133/2021, de 1º de abril de 2021, a autoridade competente para decidir sobre o recurso poderá se valer do auxílio da Procuradoria Federal para elaboração de suas decisões em relação aos recursos e pedido de reconsideração, quando houver dúvida jurídica, através de nota técnica contextualizando-a.

Art. 26 Mantida a decisão recorrida, ou esgotados os prazos recursais, o licitante/contratado será devidamente intimado da decisão final, e a autoridade encaminhará os autos do processo para o setor técnico proceder com o registro da penalidade, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

Art. 27 A prescrição ocorrerá em 5 (cinco) anos, contados da ciência da infração pela Fiocruz, e será interrompida pela instauração do processo de responsabilização e suspensão pela celebração de acordo de leniência previsto na lei nº. 12.846, de 1º de agosto de 2013 e por decisão judicial que inviabilize a conclusão da apuração administrativa.

Art. 28 Os atos previstos como infrações administrativas nesta Portaria ou em outros dispositivos legais que também sejam tipificados como atos lesivos pela lei nº. 12.846, de 1º de agosto de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida lei.

#### CÁPITULO IV

#### DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 29 A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Portaria ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

Art. 30 É admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante a Fiocruz, exigidos, cumulativamente:

I. a reparação integral do dano causado;

II. o pagamento da multa aplicada;

III. o transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da sanção, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da sanção, no caso de declaração de inidoneidade;

IV. o cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;

V. a análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.

Parágrafo único. A sanção pelas infrações previstas nos incisos VIII e XII do art. 3º desta Portaria exigirá, como condição de reabilitação do licitante ou contratado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

Art. 31 Na apuração dos fatos de que trata esta Portaria, a Comissão atuará com base no princípio da boa-fé objetiva, assegurando ao licitante ou contratado o direito ao contraditório e à ampla defesa.

Art. 32 A aplicação das sanções previstas nesta Portaria não impede a responsabilização civil e criminal dos licitantes ou contratados.

Art. 33 Aplicam-se subsidiariamente aos processos administrativos instaurados com base nesta Portaria, no que couber, as disposições da lei nº. 9.784, de 29 de janeiro de 1999.

Art. 34 As previsões desta Portaria não se aplicam às infrações e sanções referentes a licitações e contratos administrativos regidos pela lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, e pela lei nº. 10.520, de 17 de julho de 2002.

Art. 35 Esta Portaria passa, obrigatoriamente, a fazer parte, como anexo, de todos os editais de licitação publicados por todas as unidades da Fundação Oswaldo Cruz - Fiocruz, que deverão ser submetidos à apreciação prévia jurídica.

Art. 36 Fica revogada a Portaria COGEAD nº. 185, de 10 de junho de 2024.

#### 3.0 - VIGÊNCIA

Art. 37 Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.



Documento assinado eletronicamente por **JULIANO DE CARVALHO LIMA, Diretor(a) Executivo**, em 24/02/2026, às 17:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.fiocruz.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.fiocruz.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **5933953** e o código CRC **47CE16BD**.